

O SISTEMA PROPORCIONAL NO NOVO QUADRO POLÍTICO EUROPEU

Antonio Paim

SUMÁRIO

Introdução

- 1. Sistema proporcional na Europa:
adoção e consequências**
- 2. Condicionantes do processo político
na Comunidade Européia**
 - a) Idéia sumária da estruturação
da Comunidade Européia**
 - b) Impactos da Comunidade sobre
o processo político nas nações integrantes**
- 3. Desempenho do sistema proporcional
no novo quadro**
 - a) Países que preservam
o sistema proporcional**
 - b) Comportamento eleitoral
das nações indicadas**
- 4. Aspectos a destacar da análise precedente**

Introdução

Recentemente a Universidade Livre de Bruxelas realizou seminário dedicado a este tema : *O modo de escrutínio configura a eleição?*. Reunidas em livro as diversas comunicações, veio à luz em 2000. A obra foi organizada por dois professores do Departamento de Ciência Política daquela Universidade: Pascal Delwit e Jean-Michel De Waele.

Pascal Delwit (nascido em 1961) destaca-se entre os principais estudiosos dos partidos políticos europeus em formação. Essas organizações configuram um tipo especial e até então inexistente: os denominados *partidos transnacionais*. As agremiações políticas haviam sido nacionais ou internacionais. As primeiras, onde tem lugar democracias consolidadas, organizam-se em torno de doutrinas geralmente bem estruturadas. Constituem famílias políticas que adquiriram dimensão internacional: socialistas, sociais-democratas e liberais, entre outras. Os transnacionais, em contrapartida, têm que se ajustar a um ideário comum, abandonadas as singularidades advindas de tradições culturais nacionais. Revestem-se de grande importância na medida em que devem influir na configuração futura que venham a assumir as principais doutrinas.

Jean-Michel de Waele (nascido igualmente em 1961) efetivou recentemente estudos pioneiros sobre a transição democrática das ex-repúblicas de democracia popular (satélites da União Soviética). A par disto, é conhecido especialista no estudo de política comparada.

No texto introdutório, que intitularam “Modos de escrutínio e sociedades”, os dois professores destacam a importância das providências introduzidas no processo eleitoral, desde que se estruturou e começou a difundir-se o governo representativo, a exemplo da cédula oficial ou das regras com vistas a assegurar a transparência da apuração dos sufrágios. Segue-se a caracterização dos principais modos de escrutínio, subdividindo-os em majoritários e proporcionais. No caso deste último, destaca o caráter pioneiro da Bélgica, o primeiro país a adotá-lo, em 1899. Causaria espanto à grande maioria dos integrantes da classe política brasileira esta afirmativa constante do ensaio introdutório de que se trata: “Os sistemas proporcionais são escrutínios de listas. Não se vota portanto num candidato mas numa lista de candidatos representando o partido. O escrutínio pode efetivar-se em escala nacional, uma só lista para todo o país (Israel e País-Baixo) ou à escala das circunscrições.” (*Le mode de scrutin fait-il l’élection?*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2000, pág. 11)

Os autores destacam que o tema pode ser discutido de dois ângulos: o da governabilidade (que é precisamente o nosso caso), a partir da conhecida tese de Ferdinand Hermens (1906/1998) de que o sistema proporcional fora o responsável pelo fracasso da República de Weimar. Os organizadores do Seminário optaram pela segunda alternativa: tomar como ponto de partida o texto clássico de Maurice Duverger (nascido em 1917) --*Les partis politiques* (1951), em que defende a tese de que o sistema proporcional facultaria a emergência de sistema de múltiplos partidos, enquanto o majoritário levaria a um sistema dualista

O tom geral das comunicações consiste em destacar que, nas democracias mais antigas, o sistema eleitoral em vigor resulta de circunstâncias históricas e culturais, não cabendo aos estudiosos posicionar-se em termos de preferência. Essa idéia acha-se claramente expressa no ensaio de outro renomado estudioso, Daniel-Louis Seiler, justamente a comunicação que repete o título do seminário. Afirma: “Estas duas formas de práticas não resultam de qualquer engenharia política, sendo fruto da história e da cultura dos países respectivos que, depois de experimentos mais ou menos longos, terminaram por adotar o modo de escrutínio que melhor lhe convinha.” Entretanto, pondera, o critério que orienta a escolha efetivada “deve ter tido em conta ... uma delicada dosagem entre representatividade e governabilidade.” (obra citada, pág. 35)

A questão, portanto, da qual não se pode escapar diz respeito à governabilidade. Desse ângulo, no início do pós-guerra, o sistema proporcional viu-se execrado nos dois principais países do continente: França e Alemanha. Há um dado interessante que poderia apontar numa mudança radical de avaliação: nas eleições para o Parlamento Europeu, os ingleses aceitaram renunciar ao seu velho modelo e adotar a votação proporcional.

A nossa pergunta portanto será: a presença da Comunidade tem influído no sentido de mudar a natureza do sistema proporcional? A natureza em questão é aquela para a qual havia apontado Hermens: a ingovernabilidade que levaria ao poder, pelo voto, dois notórios candidatos a ditadores: Mussolini e Hitler.

Para reconstituir o comportamento eleitoral dos países europeus que mantiveram o sistema proporcional, desde o pós-guerra, nos marcos da Comunidade, dispomos de um documento precioso: *Les partis politiques en Europe de l'Ouest* (Paris, Econômica, 1998), sob a coordenação de renomados estudiosos europeus da questão: Guy Hermet, da Fundação Nacional de Ciências Políticas, instituição francesa, sediada em Paris; Julian Thomas Hottinger, da Universidade de Friburgo, Suíça; e Daniel-Louis Seiler, do Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux, França.

A composição da equipe formada para elaboração dos verbetes exigiu a mobilização de 25 especialistas. Na maioria dos casos, ficaram responsáveis pelas nações nas quais se encontravam as instituições acadêmicas a que pertenciam.

Ao todo, foram estudados 25 países, a começar da República Grega existente em parte da ilha de Chipre. Atendeu também à circunstância de que a Irlanda encontra-se dividida. Na análise que se segue, optamos por incluir apenas 12. Ficaram de fora aqueles em que vigora sistema eleitoral distrital (Inglaterra, França e Alemanha), as duas nações que não aderiram à Comunidade (Suíça e Noruega) e os que consideramos pouco representativos à luz do tema de que se trata, por dispor de população inexpressiva (Chipre, Irlanda do Norte e Islândia) ou por razões culturais: a Finlândia, tradicional integrante do império russo, e, portanto, distanciada da Europa Ocidental.

A bibliografia mobilizada pelos autores é deveras impressionante, podendo considerar-se exaustiva, na medida em que não se limita a livros publicados, abrangendo artigos dispersos. A par disto, a bibliografia em apreço partiu do que existia nas respectivas línguas nacionais.

Fixaram-se regras com vistas à padronização dos verbetes. A premissa central adotada parte do pressuposto de que os partidos políticos são uma criação original da Europa Ocidental, processo esse que se acha associado, basicamente, à formação dos Estados nacionais. Deste modo, os aspectos históricos não poderiam estar ausentes, exigência de todo pertinente, como se verá. Sem embargo de que, o período do último pós-guerra teria que ocupar o lugar central, tanto pela presença da Comunidade que universalizou determinados consensos --eliminando do debate questões mobilizadoras, a exemplo dos limites para o déficit público e as taxas de inflação-- como pelo enfrentamento de uma primeira grande crise, a que se instalou a partir de meados da década de setenta.

Os demais aspectos estruturais da caracterização ali contida tornar-se-ão explícitos no curso da exposição ou serão referidos expressamente.

1. Sistema proporcional na Europa: adoção e consequências

O sistema proporcional correspondeu a invenção do continente europeu. O governo representativo, tanto na forma de monarquia constitucional --pela qual surgiu na Inglaterra-- como na modalidade presidencial (Estados Unidos), estruturava-se segundo o modelo distrital (votação nominal num candidato escolhido numa circunscrição limitada, perante a qual se comprometia com determinado programa e prestava contas periodicamente). Nas últimas décadas daquela centúria, no continente europeu aparece o sistema proporcional. Firmou-se o modelo segundo o qual os partidos concorrem com uma lista

preordenada perante todo o espaço abrangido pela nação em causa (ou no âmbito de unidade federada, circunstância pouco freqüente). Para tanto, estabelece-se coeficiente eleitoral uniforme, isto é, divisor a ser aplicado sobre a votação obtida, a fim de determinar o número correspondente de representantes eleitos por cada agremiação concorrente. Nos primeiros tempos, a grande celeuma consistiu na busca de uma fórmula aceitável para distribuição dos votos excedentes (sobras).

A experimentação desse sistema, ao longo das primeiras décadas do século XX e, ainda no próprio pós-guerra permitiu que pudesse lhe ser atribuída determinada **natureza**, se assim se pode de dizer. Revelou-se incapaz de proporcionar à sociedade, talvez o bem maior a ser alcançado na sua vivência cotidiana: a estabilidade política. Essa situação gerou dois casos-limite: em relação à República de Weimar e à França do após Segunda Guerra. No livro publicado em 1941 com o título *Democracia ou Anarquia? Estudo sobre o sistema proporcional* --que ganharia certa nomeada, tendo sido reeditado pela Johnson Reprinte Corporation, de Nova Iorque, em 1972--, Ferdinand A. Hermens (1906/1998) responsabiliza o sistema eleitoral vigente pelo fracasso da República de Weimar e a ascensão de Hitler, afirmando expressamente: “A representação proporcional foi um fator essencial no naufrágio da democracia alemã”.

O texto de Hermens figura na antologia, organizada pelo prof. Manuel Braga da Cruz, intitulada *Sistemas eleitorais: o debate científico* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998).

A liderança emergente neste pós-guerra soube aprender com a lição, isto é, não correu o risco de restaurar aquele modelo, substituindo-o pelo distrital.

No caso da França, entretanto, repetiu-se o erro, vale dizer, insistiu-se na manutenção de sistema eleitoral que perpetuara a instabilidade no ciclo anterior. O resultado não foi diferente.

Desde a eleição de Léon Blum (1872/1959) para formar o gabinete em dezembro de 1946, após o novo ordenamento institucional, até a crise de maio de 1958, quando a Assembléia entrega o poder ao General De Gaulle (1890/1970), passam pelo poder nada menos que 22 gabinetes (média de dois por ano). As dificuldades para superar as crises ministeriais acentuavam-se. Ao governo que durou de junho a setembro de 1957, seguiram-se 36 dias com o poder vago. O gabinete que subiu em dezembro daquele ano caiu em abril do ano seguinte. O substituto agüentou 15 dias. Como nos ciclos anteriores, os inimigos do sistema representativo ocupavam a cena. O movimento de extrema-direita, denominado “poujadismo”, cuja bandeira principal era a denúncia do parlamentarismo e a adoção de “regime forte”, obteve 2,5 milhões de votos em 1957.

As reformas introduzidas por De Gaulle --que assumiu o poder em 1958-- abrangeria a abolição do sistema proporcional e a adoção do modelo distrital.

Do que precede considerou-se que esta seria a natureza do sistema proporcional: incapacidade de proporcionar estabilidade política, pelo menos nos países mais populosos, como seria o caso da França e da Alemanha que o abandonaram no último pós-guerra. Reconheceu-se, ao mesmo tempo que países sem maior unidade cultural

teriam que insistir nesse modelo, buscando eventuais ajustamentos que minimizassem o referido efeito perverso.

Há entretanto vários indícios de que o desempenho em causa se haja alterado substancialmente, isto é, o sistema proporcional, na Europa, teria superado aquele defeito característico. Ter-se-ia tornado capaz de levar à formação de maiorias aptas a dar cumprimento aos programas que, no pleito correspondente, mereceram a preferência do eleitorado. Neste ensaio, vamos reconstituir os indícios em causa e tentar averiguar a sua procedência. Pareceu-nos que seria imprescindível indicar, desde logo, as alterações no processo político advindas da implantação da Comunidade Européia.

2. Condicionantes do processo político na Comunidade Européia

a) Idéia sumária da estruturação da Comunidade Européia

Após a Segunda Guerra, não se repetiram os equívocos do Tratado de Versalhes que, ao impor pesados encargos à Alemanha, a pretexto de reparar os danos que causara a outras nações, lançara os germens da nova conflagração. Desta vez, foram levadas em conta as recomendações de Keynes, formuladas ainda na década de vinte. Levou-se a cabo o Programa de Recuperação Européia, que passaria à história com o nome de Plano Marshall (iniciado no segundo semestre de 1947 e aplicado nos quatro exercícios fiscais seguintes, isto é, até junho de 1951). Estava portanto presente ao espírito da liderança a necessidade de por fim às disputas tornadas tradicionais graças à imposição de reparações financeiras ao país derrotado.

Em maio de 1950 veio a ser lançado o projeto da Comunidade Franco-Alemã do Carvão e do Aço, destinada a iniciar a integração desses setores produtivos. Seguiram-se a adesão da Itália e dos países que, antes mesmo do término do conflito, haviam criado a aliança denominada BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). Tais seriam os fundadores do que se tornaria a Comunidade Européia. As linhas gerais daquilo que deveria consistir na integração econômica foram fixadas no Tratado de Roma (1957).

No que se refere à integração política, a idéia acalentada pelos franceses seria a de atribuir-lhe a forma de uma Federação, que, em matéria econômica, inspirar-se-ia no modelo de socialismo (forte presença do Estado) experimentado na Europa do pós-guerra, hipótese que, segundo a profa. Agnes Alexandre-Collier, da universidade francesa France-Comté (no livro *Anatomie des droites européennes*. Paris, Armand Colin, 2004), teria sido implodida por Margareth Thatcher. Explicita a posição inglesa no discurso pronunciado a 20 de setembro de 1988, preparatório da agenda do Congresso do Partido Conservador, que teria lugar no seguinte mês de outubro

Resumidamente, são estas as teses que então formulou:

1ª) Ao ingressarem na Comunidade Européia, as nações preservarão sua identidade. Dizendo-o com suas palavras: “A Europa será mais forte na medida em que a França enquanto França, a Espanha enquanto Espanha, a Grã-Bretanha enquanto Grã-Bretanha permaneçam cada uma delas com seus próprios costumes, tradições e identidade.”

2ª) Assegurar a manutenção da Aliança Atlântica: “Tenhamos uma Europa que desempenhe papel completo no mundo, que mire o exterior e não o interior e que preserve esta Comunidade Atlântica ... nossa mais nobre herança e nossa maior força.”

3ª) A Grã-Bretanha deve servir para a Europa como modelo de economia liberal. (“A lição da história econômica da Europa, nos anos 70 e 80 consiste em que a planificação central e o controle detalhado não funcionam. ... A Grã-Bretanha foi a primeira a abrir seus mercados aos outros. ... Estimaria dizer o mesmo da maior parte dos membros da Comunidade.”)

Agnès Alexandre-Collier assinala que o discurso de Mme. Thatcher conclui com uma acerba crítica ao federalismo, nestes termos: “Tentar suprimir o estatuto nacional e concentrar o poder no centro do conglomerado seria extremamente lamentável. ... Que a Europa seja uma família de nações que se compreendam e se apreciem mutuamente, cooperando mas sem renegar seja a identidade nacional seja nosso esforço comum europeu.”

O Tratado de Maastricht de 1992 ensejou a retomada do debate em torno da arquitetura política européia. A intenção básica era propiciar maior integração econômica graças à adoção de moeda única. Mas a mudança de denominação, de Comunidade Econômica Européia para Comunidade Européia, reafirmava o primado das instituições políticas. Naquela altura, o único avanço expressivo nessa matéria correspondia à introdução do voto direto na eleição do Parlamento Europeu, em 1979. Até então era composto por representação escolhida pelos Parlamentos nacionais. Ao que tudo indica, essa alteração irá propiciar seja levado em conta na balança do poder. O passo inicial nesse sentido teve lugar, em 2004, na oportunidade da aprovação do nome de Durão Barroso para Presidente da Comissão Européia, bem como dos componentes de sua equipe. Até então, a concordância do Parlamento não era exigida. Também na mudança das regras fixadas pela Comissão, no que respeita aos serviços, o Parlamento desempenhou o papel decisivo.

A plena explicitação dessa problemática teria lugar com a discussão ensejada pelo projeto (francês) de Constituição Européia, ocorrida em 2005. Chegou a ser ratificada por 16 das nações integrantes. Diante da recusa francesa e holandesa, optou-se por arquivá-lo, adotando como alternativa documento que se limitasse ao essencial, isto é, o denominado Tratado de

Lisboa, formulado em 2008. A sua aprovação final, contudo, somente ocorreria no ano seguinte.

No presente, o principal órgão de tomada de decisões denomina-se Conselho da União Européia, de que participam os Primeiros Ministros dos Estados membros, sendo a Presidência exercida em rodízio, ao longo de seis meses. As decisões obedecem ao princípio da unanimidade. O órgão executivo denomina-se Comissão Européia, sediada em Bruxelas. Sendo a responsável pela execução do Orçamento, cercou-se de burocracia considerada excessiva. Convencionou-se que a ingerência do Parlamento nesse processo seria introduzida progressivamente. Assim, como foi referido, tão somente a partir da Legislatura 2004/2009 passou a vigorar a regra de que a escolha do Presidente e demais membros da Comissão Européia deveria lhe ser submetida.

O princípio da unanimidade nas decisões essenciais tornou-se impraticável quando a Comunidade passou a ser integrada por 27 nações. Tal ocorreu com a admissão dos países do Leste, recém libertados da condição de satélites da União Soviética, processo esse que se concluiu em janeiro de 2007.

Resumidamente, no Tratado de Lisboa abdicou-se da consolidação pretendida pelo Tratado Constitucional, mantida a vigência dos acordos anteriores em sua forma original.

No que respeita à criação de estruturas permanentes, mantém-se o cargo de Presidente da União, com mandato de dois anos e meio, de que cogitara a Constituição.. As decisões essenciais continuarão a cargo do Conselho Europeu, com base na adoção de nova regra de votação. A partir de 2014, a Comissão Européia terá reduzido o seu formato, de modo a minimizar os reconhecidos excessos burocráticos, presentes à sua atuação. Preserva-se a ambição de uma política comum exterior e de segurança. Alterou-se apenas a denominação do titular, ao invés de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Segurança passa o cargo a ser designado como Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança. Seu caráter específico é reafirmado, de modo a impedir confusões com as competências nacionais na matéria.

Quanto à nova forma de votação --introduzindo-se o critério do número de países ao lado da população dos votantes--, será adotado apenas dentro de dez anos, em 2017. Os parlamentos europeus passam a poder contestar as propostas legislativas da Comissão Européia. É mantida a exigência de respeito ao Estado de Direito, à economia de mercado e aos direitos humanos, para a admissão na Comunidade. No que refere a referir expressamente a concorrência, houve divergências, na medida em que, de certa forma, seria uma redundância já que economia de mercado a pressupõe. Ainda assim, convencionou-se que as competências da União nessa matéria (concorrência) constarão de uma declaração anexa.

b) Impactos da Comunidade sobre
o processo político nas nações integrantes

Na tipificação dos embates políticos verificados na Europa Ocidental, *Les partis politiques en Europe de l'Ouest* levou na devida conta o que se denominou de clivagens. Trata-se do modelo estabelecido por Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (no texto introdutório, intitulado "Cleavage Structures; Party Systems and Voter Alignments: na Introduction", que figura na obra que editaram com o título de *Party Systems and Voter Alignments*. New York, Free Press, 1967, págs.1-69).

As clivagens em apreço seriam as seguintes, a partir do surgimento das nações e da Revolução Industrial:

- 1^a) Entre a Igreja e o Estado;
- 2^a) Entre uma nação central, cuja cultura exerce influência preponderante
ou é imposta à sua área de influência;
esquemáticamente: Centro vs.
Periferia;
- 3^a) Entre os meios rural e urbano; e
- 4^a) Entre a elite proprietária e a massa trabalhadora.

De um modo geral, as clivagens consideradas assumiram feição particular. Assim, por exemplo, logo na Introdução, apoiando-se numa observação de Bertrand Badie --no ensaio intitulado "Cities, States and Nations: a dimensional model for the study of contrast in development"—Thomas Hottinger, da Universidade de Friburgo (Suíça) dele transcreve esta observação: "Os países protestantes, rapidamente dotados de uma Igreja nacional, encontravam-se ao abrigo da clivagem Igreja/Estado que, em revanche, marcou profundamente o funcionamento das sociedades católicas." (obra citada, pág. 12)

Nesse particular, cabe as considerações que se seguem.

As disputas políticas influenciadas pela presença da Igreja Católica assumiram um caráter bastante distinto a partir do último pós-guerra. No ciclo precedente, a sua oposição à efetivação da Revolução Industrial --naqueles países que ainda não a haviam experimentado, a exemplo da Itália, de Portugal ou da Espanha--, bem como o anti-comunismo sistemático, desembocaram em regimes autoritários (salazarismo em Portugal; franquismo na Espanha e fascismo na Itália), embora não seja adequado responsabilizá-la diretamente por tal desfecho.

No pós-guerra, ocorreria a substituição do velho Partido Popular (católico) pela democracia cristã, na qual, desde logo, não se nota a presença da Alta Hierarquia Vaticana. Ao contrário disto, na própria Itália, Alcides De Gaspari (1881/1954), na

agregação que lidera, estabelece clara adesão à economia de mercado. A fundamentação teórica do novo posicionamento em matéria de política económica proviria dos alemães (basicamente Ludwig Erhard – 1897/1977), que a batizariam de “economia social de mercado”. No plano político, a aposta no sistema democrático representativo é insofismável. De um modo geral, nos países em que se fará presente, a democracia cristã faz questão de deixar claro que, embora inspirando-se nos valores cristãos, não se propõe ser agregação confessional. As DCs agora abrigam não apenas católicos mas igualmente protestantes e liberais.

A partir dos anos sessenta as alterações ocorreriam no interior da própria Igreja Católica, em decorrência do Concílio Vaticano Segundo.

Em suma, no curso de estruturação da Comunidade Europeia, não ocorreu a emergência de tensões de fundo religioso.

No que se refere à clivagem Centro-Periferia, o modelo imaginado por De Gaulle provavelmente viria a criá-la. Ao tempo em que definia a atuação da liderança francesa (1958/1969), chegou até mesmo a impedir o ingresso da Inglaterra, isto é, formal e explicitamente preconizava a existência, na Comunidade Europeia, de “nações mais iguais do que as outras”, como diria Orwell. Contudo, como foi referido, tal modelo foi abandonado em prol de um sistema que preserva a identidade nacional.

A Política Agrícola Comum (PAC) estabeleceria uma espécie de pacto entre as economias urbana e rural.

A concretização da Política Agrícola Comum (PAC), em 1962, representa inquestionavelmente um feito notável. Sem embargo de que se haja tornado execrável pelo agronegócio do resto do mundo, é defendida com unhas e dentes pelos europeus continentais de todas as tendências.

É fácil compreender as razões daquela unanimidade, relembrando aqui suas linhas gerais. No arranjo final, concluído em 1962, a PAC estabeleceu os critérios a partir dos quais determinadas culturas seriam preservadas. Abrangia naturalmente apenas os Estados membros compreendidos na Europa dos 6. Subseqüentemente, os países que ingressavam na Comunidade tiveram que se submeter às mesmas regras. A intervenção abrangia as principais culturas e atividades a estas vinculadas, a saber: trigo e cereais em geral; açúcar; leite e produtos lácteos; carne de porco; vinho de mesa; carne bovina; frutas e legumes.

Na altura, a Europa de 6 contava com cerca de 65 milhões de hectares cultivados, cuja exploração envolvia 17,5 milhões de pessoas. Em termos de população economicamente ativa, a agricultura tinha maior peso na Itália (33%); França (25%) e Bélgica (10%). Em alguns países predominavam minifúndios. Na

Itália, por exemplo, 85% das explorações tinham menos de 5 ha, proporção que caía para 35% na França.

O peso da agricultura na geração do PIB variava de país a país. Pesava muito na Itália (23%) e menos na Bélgica (8,4%). Os rendimentos por hectare, na Bélgica, eram duas vezes e meia superiores aos da Itália.

Do que precede, verifica-se que o problema a ser enfrentado correspondia à modernização da agricultura, justamente uma atividade considerada inamovível, parada no tempo. Desse ângulo, foi plenamente bem sucedida, naturalmente com grandes sacrifícios, o que explica o empenho de preservação da PAC, transformada num autêntico patrimônio. A população economicamente ativa que correspondia, na França, a mais de 6 milhões de pessoas, no início dos anos 60, reduzia-se a 1,5 milhão, em 1986. Na Itália, no mesmo período, caiu de 4,6 milhões para 2,2 milhões.

A produtividade agrícola elevou-se de forma verdadeiramente espantosa. Confrontando a Europa dos 6 com a Europa dos 15 -- isto é, o período que vai dos anos sessenta aos fins da década de oitenta e começos da seguinte -- o rendimento médio da cultura de trigo praticamente dobrou, e, no caso do milho, o incremento foi de 50%. Aumentos da ordem de 50% registraram-se também na produção leiteira.

Presentemente, enquanto exportador de produtos agrícolas e alimentares, a Comunidade Européia ocupa o segundo lugar na escala mundial, superada apenas pelos Estados Unidos. Estes, por sua vez, são o principal fornecedor do mercado europeu. A Comunidade mantém-se como grande importadora desses bens.

Tomando-se os valores desse comércio, em 2000, a Europa dos 25 exportou 48 bilhões de euros, que já correspondiam a 52,6 bilhões em 2005. Entretanto, representa apenas 5% do total das exportações. Em alguns Estados membros essa proporção é mais expressiva, a exemplo da Grécia (18,7%) e Dinamarca (17,4%).

Em compensação, as importações ultrapassam as exportações, desde que equivaleram a 54,6 bilhões de euros, em 2000, e a 62,3 bilhões em 2005.

Nas importações européias de produtos primários ocupa posição destacada a parcela integrada por matéria prima industrial, como madeira, fibras têxteis naturais, peles e ainda outras. Revestem-se de grande interesse para a pecuária comunitária rações de baixo custo, provenientes de milho e soja, bem como produtos não processados (mandioca), àquele fim destinados. Grandes produtores e consumidores de frutas, os países europeus representam mercado expressivo para esses bens durante os prolongados meses de inverno.

A PAC compreende todo um conjunto de políticas e objetivos. Quanto a estes, visa em primeiro lugar garantir o abastecimento. Para avaliar o significado desse princípio, é

preciso ter presente que, tão somente no século passado, a Europa foi devastada por duas guerras mundiais. Ao término da Primeira e em face da Revolução Russa, pairava sobre o continente a ameaça da fome porquanto a Rússia era o principal fornecedor de trigo. No livro clássico *Conseqüências econômicas da paz* (1919), Keynes menciona expressamente a gravidade daquela situação.

Entre as duas guerras, a Europa avançou sobremaneira na estruturação de setor agrícola, com vistas a alcançar segurança alimentar ao menos nos produtos básicos (cereais, laticínios e carne, sobretudo). Era natural, portanto, que a reconstrução, após a Segunda Guerra, procurasse preservar essa conquista. Contudo não o fez atenta aos avanços técnicos, e, assim, deixava muito a desejar no que respeita à produtividade, quando confrontada à agricultura norte-americana.

Os outros objetivos enunciados consistiam na obtenção de preços estáveis para agricultores e consumidores, conjugar a atividade com a preservação do meio ambiente e, ainda, garantir a sobrevivência das pequenas comunidades, evitando ao mesmo tempo o aumento da disparidade de níveis de renda no confronto com as zonas urbanas.

Para alcançar a mencionada transformação no campo, a PAC introduziu 1) controle de preços dos produtos agrícolas; 2) taxação comum de importações dos outros mercados; e, 3) subsídios para exportações.

Do que precede, evidencia-se que, também no que respeita à clivagem campo/cidade a construção europeia não veio a ser perturbada pela sua presença. O impacto resumir-se-ia, em alguns países, à perda de prestígio das agremiações cuja base social repousava no meio rural, na medida em que este, proporcionalmente, tornou-se menos relevante no tocante à geração de riqueza.

Por fim, a questão da quarta clivagem, a fim de prosseguir no atendimento ao roteiro estabelecido pelos próprios europeus: as relações com o mundo do trabalho. Trata-se de problema tão ou mais complexo que o da atividade agrícola.

Aqui o que se encontrava em jogo seria o Estado de Bem Estar Social. O Orçamento da Alemanha reunificada expressa bem em que consiste, na medida em que os dispêndios com programas sociais correspondem a cerca de 70% do total. De um modo geral, isto é, considerados os demais Estados compreendidos na Europa Ocidental, as maiores rubricas são aposentadorias e pensões, seguidas dos gastos com saúde. Em determinados ciclos --sobretudo nos períodos de crise--, o seguro desemprego passa a integrar o mencionado grupo.

O modelo de seguridade social implantado na Europa difere radicalmente do que se implantou nos Estados Unidos. Os europeus adotaram o sistema de sustentá-lo com base em contribuições correntes, enquanto os americanos recorreram à

modalidade da empresa de seguro. Neste caso, o atendimento às despesas incumbe aos rendimentos provenientes de aplicações, modelo que tem o mérito adicional de ter criado uma fonte alternativa de investimentos (os Fundos de Pensões).

Nesse particular, a França apresenta situação paradigmática. Os programas mais dispendiosos (aposentadoria; saúde; desemprego) são mantidos por contribuições dos usuários. Ainda que os tributos não sejam muito altos, naquele país, os encargos daí provenientes, acrescido das contribuições previdenciárias comprometem, em média, 56% dos salários. Como o déficit tem se revelado crescente, devendo ser coberto com recursos orçamentários (impostos), o sistema chegou a um beco sem saída já que os contribuintes não suportam novos encargos. O problema em causa tem sido enfrentado com a sucessiva redução de benefícios, o que provoca conflitos sociais freqüentes.

Em alguns países --Alemanha e Holanda, por exemplo-- introduziu-se o patamar mínimo para as aposentadorias no setor privado. A complementação --com vistas a manter o padrão que venha a ser alcançado no período ativo-- passa a ser atribuição individual. Essa iniciativa é que tem dado lugar ao crescimento dos Fundos de Pensões. O exemplo pioneiro seria dado pela Inglaterra, quando da privatização das empresas estatais nos anos oitenta.

No que se refere à saúde, rubrica crescentemente dispendiosa, observa-se uma grande relutância na progressiva introdução do seguro.

Assim, se no passado a clivagem patrões versus empregados dizia respeito, preponderantemente, à distribuição dos lucros (buscando os operários ter participação crescente), presentemente os conflitos situam-se sobretudo no âmbito da seguridade social.

A meu ver, uma componente que, de certa forma, ultrapassa o marco das disputas consideradas --a política econômica tomada englobadamente-- tem revelado maior presença no processo político das nações integrantes da Comunidade. Pelas razões apontadas em seguida.

Nas primeiras décadas subseqüentes ao fim da Segunda Guerra, os Partidos Socialistas obtêm a maioria dos governos na Europa Ocidental. Em matéria de política econômica aplica-se o keinesianismo (intervenção estatal no processo) levando-o até onde o seu autor não imaginava: o surgimento do Estado Empresário. Esse ciclo encerra-se com a crise dos anos setenta, desencadeada pelo aumento dos preços do petróleo mas determinada pelo excessivo gasto público, nutrido inclusive por empresas estatais deficitárias. A ascensão dos conservadores ao poder na Inglaterra dá início à contra-marcha, desestatização e controle do déficit público, basicamente. Sendo inicialmente considerada como política partidária inaceitável (provinda dos

liberais conservadores e satanizada com o nome de neoliberalismo), o certo é que acabaria tornando-se consensual e adotada pela Comissão Européia, habilitada na matéria a impor regras aos Estados nacionais.

O Tratado de Maastrich (1991) define o rumo a ser seguido: cimentar a unidade política. Progressivamente vinham sendo introduzidas regras uniformes de gestão econômica. Limites rígidos foram fixados tanto para o déficit público como para a inflação. Quer isto dizer que sobra para os governos nacionais esta alternativa: redução do gasto público ou aumento de impostos. Torna-se patente que este modelo induz à alternância no poder de apenas duas correntes: liberais (conservadores) e sociais democratas. Com o fim da União Soviética e o virtual desaparecimento dos Partidos Comunistas, com a única exceção do PS Francês, os socialistas adotaram o figurino social democrata (renúncia à utopia da sociedade sem classes e à identificação de socialismo com estatização da economia)

A partir dessas premissas, reconstituiremos os resultados eleitorais registrados naqueles países em que vigora o sistema proporcional., a fim de averiguar em que medida se dá a atenuação das mencionadas clivagens, isto é, dos conflitos políticos tradicionais, enquanto emergiria o mencionado modelo de alternância na constituição dos governos.

3. Desempenho do sistema proporcional no novo quadro

a) Países que preservam o sistema proporcional

A Comunidade Européia, presentemente, é integrada por 27 países, desde que teve lugar a admissão dos ex-satélites soviéticos. Essa adesão envolve obrigatoriamente o compromisso com o sistema democrático-representativo, justamente o que possibilitaria o seu ingresso na Comunidade, efetivado segundo este desdobramento: em 2004, seria a vez da República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia e Polônia; e, em janeiro de 2007, deu-se a admissão da Bulgária e da Romênia.. Contudo, isto não quer dizer que serão bem sucedidos, além de que o sistema partidário precedente (que tomaríamos por base para a presente análise) nada tinha a ver com a respectiva realidade social, correspondendo à ficção que os russos batizaram de democracia popular.

A chamada Europa dos 15 --como ficou sendo denominada desde 1995-- correspondia praticamente ao conjunto da Europa Ocidental. Não se trata obviamente de categoria estritamente geográfica, na medida em que, de modo geral, excluía as nações balcânicas reunidas, no pós guerra, sob a denominação de

Iugoslávia. É certo que a Europa dos 15 incluía a Finlândia, cujas tradições culturais estão longo de integrar-se ao Ocidente, critério básico que estamos tomando por base.

Do conjunto em apreço, três adotam o sistema eleitoral distrital (Inglaterra, França e Alemanha).

Do que precede, a nossa análise abrangerá estes países: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Suécia. A Noruega e a Suíça não fazem parte da Comunidade.

b) Comportamento eleitoral das nações indicadas

ÁUSTRIA

A República Austríaca data de 1918, tendo sido imposta pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial. Desmembrou-se o velho império Austro-Húngaro. Contudo, a República Austríaca preservou componentes imperiais, na medida em que continuava a abrigar minorias não germânicas. De um modo geral, a herança do passado se fazia presente, em especial o nacionalismo pangermânico, processo esse que iria culminar com a ocupação nazista. Deste modo, a restauração da República em 1945 corresponde na verdade a um novo começo, considerando-se que se trata de país mais homogêneo. A par disto, tendo figurado no campo nazista, vencido na Segunda Guerra, foi ocupado pelos aliados, de cujo grupo fazia parte a União Soviética. A forma de governo a ser instaurada seria a preservação do cargo de Presidente da República, sendo o poder executivo exercido pelo Chanceler, cuja escolha seria aprovada pelo Conselho Nacional (Câmara Baixa, denominada de Nationalrat), mantido o Conselho Federal (Bundesrat). O primeiro eleito por voto proporcional, renovado a cada quatro anos. O segundo por designação dos Conselhos das autonomias federadas (Länder). O mandato do Presidente é de seis anos, escolhido em eleição majoritária.

Os russos tentaram repetir na Áustria as manobras levadas a cabo com êxito pelos Partidos Comunistas em países vizinhos, como a Tchecoslováquia. Acontece que o PC Austríaco, ainda que fosse um dos mais velhos da Europa, tendo tentado sublevar Viena em 1919 para aderir à Revolução Russa e participado da resistência à ocupação nazista, nas eleições de 1945 obteve apenas 5,4% dos votos. Participou do governo de coalizão então constituído, mas afastou-se em 1947. Dada a impossibilidade de atrair a Áustria para a órbita soviética, os russos aquiesceram em entregar o poder ao governo local, como exigiam os membros ocidentais da Aliança, com a condição de que fosse assegurada a sua neutralidade. À Áustria seriam impostas limitações em termos de armamento. Estando os russos decididos a dividir a Alemanha, asseguravam-se de que não tomaria partido por

qualquer dos lados. Tenha-se presente que, nessa época, também o Ocidente temia o renascimento do pangermanismo, de que é um exemplo o esfacelamento da antiga Prússia, acordada na reconstituição das fronteiras russa e polonesa.

Outros resquícios dessa fase inicial acabariam pesando no futuro funcionamento do sistema político. O primeiro e mais importante deles reside na criação da chamada Comissão Paritária, iniciativa adotada concomitantemente ao recebimento dos recursos provenientes do Plano Marshall --e que iriam permitir a reconstrução, dada a profundidade da destruição acarretada pela Segunda Guerra-- com o propósito de evitar ou atenuar maiores conflitos em matéria de salários e preços.

A Comissão Paritária é integrada pela central sindical operária e a Federação das Indústrias. Seguem-se diferentes Câmaras de Comércio (entidades tradicionais organizadas segundo as principais atividades produtivas). Esse conjunto reúne mensalmente sob a Presidência do Chanceler Federal (chefe do governo), contando com a presença dos membros do governo da área econômica e até do Banco Nacional (Central). Sua tarefa consiste em equacionar providências que possam atender às reivindicações e conflitos dos setores produtivos, em especial aqueles relacionados a salários e preços. Embora não sejam obrigatórias as recomendações adotadas, as partes envolvidas --governo, patrões e empregados-- levam-nas à prática. As forças políticas acomodaram-se a esse quadro.

Dirimiram-se as disputas com a Igreja Católica --entendimento que iria desembocar em nova Concordata, firmada em 1960.

Duas das agremiações tradicionais reestruturadas no pós-Segunda Guerra passariam a dominar a cena política.

A primeira delas corresponde ao Partido Social Democrata (SPO), reorganizado em 1945. No ciclo precedente imediato, havia sido destruído durante a ocupação nazista, sendo que muitos de seus líderes conseguiram escapar e exilar-se no exterior. A par disto, desde os tempos do Império, os "vermelhos" se concentravam em Viena e seus arredores.

No processo de reconstrução, assumindo crescentes responsabilidades de governo, o SPO abdicou progressivamente das bandeiras socialistas tradicionais. Agora, segundo os novos programas, a dominação baseada no poder econômico deve ser substituída "por laços solidários e cooperativos entre os cidadãos". Também o anti-clericalismo tradicional é abandonado (oficialmente "o socialismo e a religião não se contrapõem; ao contrário, os socialistas respeitam a fé religiosa das pessoas."). É certo que, em matéria de desestatização, muitas de suas lideranças se dispõem a preservar a posse estatal de empresas, embora sem excluir a economia de mercado e a iniciativa privada. Trata-se do que em documentos oficiais denomina-se de "economia mista".

A outra agremiação partidária com presença marcante na Áustria do pós-Segunda Guerra seria o Partido Popular Austríaco (OVP). Provindo do antigo partido católico (Partido Social Cristão), criado em 1889, ao reorganizar-se seguiu a linha preconizada pela democracia cristã alemã e italiana. Define-se como um partido popular centrista e progressista, inspirado nos valores cristãos mas não confessional.

Nas quatro eleições realizadas entre 1955 e 1970 os dois grandes partidos (SPO e OVP) obtiveram em torno de 90% das cadeiras no Parlamento, oscilando o SPO entre 42 e 45% e o OVP entre 44 e 46%. Optaram por formar uma coalizão conjunta, que governou o país desde o início do pós-guerra até 1970, por mais de vinte anos, portanto.

No mencionado ciclo, o desenvolvimento econômico iria erodir a base social do Partido Popular (OVP), apoiado em grande medida pelos proprietários rurais, embora mantendo posições nos meios sindical e intelectual. Os serviços passam a ocupar a posição mais destacada, chegando a corresponder a 40% da população ativa. Num primeiro momento, essa circunstância iria debilitar seus resultados eleitorais, formando-se outras coligações sob a égide do SPO. Na década de noventa o partido se recompõe, abrigoando em seu seio elementos dos diversos grupos sociais, mantida a presença (minoritária) da gente do meio rural.

Reforma eleitoral introduzida em 1971, efetivada com vistas a refletir o reagrupamento de forças entre as diversas regiões, aumentou o número de representantes com assento no Conselho Nacional de 165 para 183. Essa reforma acabaria beneficiando o SPO em detrimento do OVP. Assim, nas eleições levadas a cabo naquele ano, o SPO alcançou 50% dos votos, detendo 93 cadeiras. Maioria precária que entretanto iria induzir a formação de nova coligação, com uma das agremiações de menor porte. Nesse pleito, o OVP passou a dispor de 80 cadeiras (43%).

O novo ciclo iria durar até as eleições de 1999 quando o Partido Liberal emerge como uma terceira força e o SPO perde a maioria. São os seguintes os resultados de que se trata:

Partido	% de votos	Cadeiras
SPO	33,2	65
OVP	26,9	52
FPO	26,9	52
Verdes	7,4	14

FPO é a sigla adotada pelo Partido Liberal que, na verdade, não tem muito a ver com o nome. Corresponde a uma agremiação de extrema direita, tendo no passado cultivado o pangermanismo e o nacional socialismo. Nutrindo uma posição xenófoba,

responsabilizando a imigração pelo desemprego e outros fenômenos negativos enfrentados pela sociedade, acabou obtendo aquele resultado espetacular. Em 1993, quando intensifica esse tipo de propaganda, ocorreu uma cisão em seu seio, da responsabilidade daqueles que se consideravam, de fato, liberais. Essa agremiação denominou-se Fórum Liberal, que veio a ser admitida no Partido Liberal Europeu.

Em 2000, o OVP formou uma coligação de governo com o FPO, iniciativa que acarretou uma grave crise com a Comunidade Européia. Os países que a integravam –em número de 14, desde que, a partir de 1995, contava com 15 membros, sendo o alargamento para admitir países do Leste posterior a 2004--ameaçaram a Áustria com sanções diplomáticas. A situação se recomporia a partir das eleições de 2002, quando o OVP obteve 42,7% dos votos, atraindo para a coligação agremiações menores, a exemplo dos Verdes. A ascensão do FPO também se revelou efêmera.

A coligação SPO/OVP proporcionaria ao país vinte anos de trégua política, que iria facultar a reconstrução do país e abrir o caminho à adesão à Comunidade Européia. Nessa fase firma-se outra praxe –além da mencionada Comissão Paritária --que igualmente interfere no processo político. Diz respeito à tradição, firmada no mencionado ciclo da coalizão governamental dos dois partidos, segundo a qual existe uma espécie de “reserva de mercado” dos cargos ocupados por funcionários públicos, ocupados por membros do SPO e do OVP. Organizador da coletânea intitulada *Les Partis Politiques em Europe de l’Ouest* (Paris, Econômica, 1998) --e ainda autor do verbete dedicado à Áustria --, Daniel-Louis Seiller, do Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux (França), escreve a esse propósito: “Esse sistema perdurou em grande parte depois da circunstância que o teria aconselhado. Mas explica a importância da adesão partidária na Áustria, que alcança níveis extremamente elevados pois que ultrapassam um milhão e meio de pessoas, situação que facilita a obtenção de emprego ou habitação. Este sistema encontra naturalmente objeção de parte daqueles que, no contexto do retorno das teses liberais nos anos oitenta, o julgam inadequado para assegurar a adaptação da Áustria ao mundo em mutação e que criticam mais amplamente a hipertrofia de seu setor público.” (obra citada; pág. 52)

Nas eleições presidenciais de 2004 o SPO conquista a maioria. Em seguida, no pleito de 2006, para a Câmara dos Deputados, tendo alcançado 52,4% dos votos, volta a dispor da possibilidade de eleger o Chanceler. Seja pelos relativos desacertos de experiências anteriores –seja por outra razão--, reestrutura-se a tradicional coalizão SPO-OVP.

Na primeira década do novo milênio, registra-se a acentuação da relevância alcançada pelos serviços na geração do PIB, passando a corresponder a 67,4%. A contribuição da

agricultura está reduzida a 2,2% ocupando a indústria o segundo lugar (30,4% do PIB).

BÉLGICA

a) Singularidades das principais famílias políticas belgas

No caso da Bélgica, dado o reflexo no sistema político da divisão do país em regiões de diferentes tradições culturais -- resultantes de diferenciação linguística--, cumpre partir dessa realidade. Embora sejam três as comunidades existentes, flamenga, valã e alemã, esta última não tem maior peso. O país subdivide-se em regiões autônomas, sendo duas atribuídas aos francófonos. A Região Flamenga situa-se a Oeste, denominada de Flandres, onde a língua oficial é o holandês. O Centro é ocupado pela Região de Bruxelas; apesar de situar-se na Valônia, tem ao flamengo e ao francês como línguas oficiais, na medida em que abriga a capital. A parte restante da Valônia fica a Leste, tendo apenas ao francês como língua oficial. A comunidade de língua alemã é parte da província de Liège, na Valônia. A distribuição espacial das duas comunidades é mostrada no mapa a seguir:



Graças a sucessivas reformas levadas a cabo neste pós-guerra, a última das quais em 1993, cimentou-se na Bélgica o federalismo no que tange ao exercício do poder. Assim, o âmbito de competência do governo central limita-se à Justiça, Defesa, Polícia Federal, Segurança Social, Energia nuclear, Política monetária e Dívida pública. Em consequência, atividades centrais que interferem na vida dos cidadãos, a exemplo da educação, da saúde ou dos transportes, são incumbência dos governos regionais que, por sua vez, dividem competência com as províncias (integradas por subdivisões equivalentes a municípios).

Tradicionalmente, são três as famílias doutrinárias presentes à cena política: democratas cristãos; liberais conservadores e socialistas. A partir de certo ponto passam a existir dois sistemas de partidos, em função da divisão antes enunciada. De um lado, temos os partidos valões, cuja base situa-se sobretudo na Região de Bruxelas e, de outro, os flamengos. Todas as famílias políticas relevantes sucumbem a essa circunstância, em alguns casos acabando por preservar poucos traços em comum, podendo até mesmo as denominações diferenciar-se. Para bem situá-los incumbe, pois, previamente, tentar reconstituir a trajetória de cada uma das mencionadas correntes.

O Partido Católico Belga é das mais antigas agremiações políticas confessionais da Europa, tendo sido organizado em 1868. Manteve-se unificado do ponto de vista lingüístico até 1914. No período entre as duas guerras, sobreviveu como Partido Cristão Social (francófono). Formava então um grupo parlamentar único, o Bloco Católico Belga. No pós-guerra organiza-se o Partido Popular Cristão (CVP), de base flamenga. No lado valão, o Partido Social Cristão (PSC).

O CVP tornou-se, como diz Daniel-Louis Seiler -- igualmente autor do verbete Belgique na obra antes referida, Les Partis Politiques em Europe de l'Ouest-- "o partido governamental por excelência. Pragmático e moderado, é ao mesmo tempo interclassista e "transversal". Interclassista, domina em todas as categorias da população flamenga, salvo na burguesia onde deve ceder o passo aos liberais do VLD (liberais flamengos). Ultrapassa os socialistas, entre os operários mas é no seio do mundo rural que obtém os melhores resultados eleitorais, beneficiando-se de um verdadeiro monopólio."

Ainda segundo Seiler, o CVP manteve relações privilegiadas com as instituições católicas flamengas, os sindicatos cristãos majoritários e os agricultores.

É preciso ter presente que, nos Países Baixos, a Flandres sempre se constituiu num bastião do catolicismo, o que explica em grande medida a independência da Bélgica. Proclamada a 4 de outubro de 1830, somente seria reconhecida pela Holanda a 19 de abril de 1839. Nesse ciclo, os católicos flamengos atuaram como o núcleo fundamental da resistência anti-holandesa. A par disto, a região corresponderia à parte da Bélgica onde se deu a Revolução industrial. A Igreja Católica soube ali aproximar-se do movimento operário.

Escreve Seiler no texto indicado: "A história do catolicismo político na Bélgica é pois principalmente flamenga e se trata de um grande movimento social, apto a mobilizar massas populares consideráveis."

Neste pós-guerra, também entre os católicos, registra-se a diferenciação entre os partidos, se valões ou flamengos.

Ao contrário do que ocorre do lado flamengo, entre os valões o PSC é uma facção política minoritária. Além disto, os próprios católicos acham-se divididos --a exemplo do que se dá em diversos outros países. Temos os conservadores, que se dispõem a enfrentar a valoração do mundo contemporâneo, sobretudo em matéria de família e relações sexuais, e, ao mesmo tempo, os que reivindicam uma atuação voltada para o social, isto é, para as questões relacionadas às insuperadas desigualdades existentes nessa esfera. Segundo Seiler, no mesmo verbete que estamos seguindo, prevalece uma linha política autônoma em relação ao CPV e às próprias divisões internas. Afirma: “Menos clerical que o CVP, o PSC é hoje um partido moderado de centro-esquerda, mais próximo do PS que das concepções monetaristas dos liberais.”

Os dois partidos liberais existentes --valão e flamengo-- refletem basicamente a influência das tradições locais. Deste modo, adotando-se os parâmetros europeus, não obedeceriam à divisão que se estabeleceu a partir da existência dos Partidos Conservador e Liberal, na Inglaterra, classificando-se este último como liberal social e o antecedente como expressão do conservadorismo liberal. No caso belga, ambos se situariam no campo conservador.

O Partido Reformador Liberal (PRL), herdeiro das correntes liberais do século XIX, adotou este nome no período recente (1979). Em 1945, denominava-se Partido Liberal. As mudanças experimentadas nas décadas subseqüentes consistem sobretudo na atualização da velha plataforma, predominantemente anti-clerical. Essa atualização compreende a firme adesão à economia de mercado, menos thatcheriana que o correspondente flamengo. Este, cuja denominação é Liberais e Democratas Flamengos (VLD), segue à risca o modelo do Partido Conservador Inglês, desde Thatcher, no que respeita à política econômica. Propugna basicamente a desregulamentação e a privatização no âmbito da economia. Na arena propriamente política, intitula-se Partido do Cidadão, por considerar que o confronto dá-se entre os cidadãos e o Estado. Nesse particular, como se verá, radicalizou as divergências internas, Ao fazê-lo, não buscou esferas de consenso social a fim de eliminar deficiências estatais. Acirrou-as, precisamente, no seio da sociedade.

A terceira família, obedece a idêntico padrão no que se refere à diferenciação entre os dois lados.

O Partido Socialista (valão) é o herdeiro do velho Partido Operário Socialista belga (1879), que passou a chamar-se Partido Operário Belga (1885) e Partido Socialista Belga, abdicando dessa última classificação (belga), em 1978, devido às divergências com os socialistas flamengos.

O PS nasceu vinculado ao movimento sindical da Valônia, evoluindo para incorporar os diversos tipos de organizações

sociais. Como a democracia cristã flamenga apropriou-se do tema da seguridade social, sua bandeira acabou fincada na afirmação da nacionalidade valã. A exemplo do que ocorre em outros países europeus, mantém vínculos estreitos com a franco-maçonaria.

Para Seiler, aparece como “um gigante esclerosado”.

O Partido Socialista Belga encontrou dificuldade para plantar raízes no movimento sindical da Flandres, dominado pelos democratas cristãos. Assim, a facção flamenga tornou-se progressivamente uma organização de base popular, reunindo descontentes com a hegemonia democrata cristã, a partir de um socialismo notadamente anti-clerical. Corrente minoritária no seio do PS, Seiler registra os diversos atritos que marcaram a sua convivência, estabelecendo-se formal e plena autonomia, entre as duas organizações, em 1978, quando o PS retira a referência belga de sua denominação.

b) O ciclo de predominância da democracia cristã flamenga

O CVP conseguiu formar coligações de governo ao largo de cerca de trinta anos, entre 1968 e 1999. Nesse extenso período, em todas as eleições conseguiu manter-se como o maior partido, sem contudo tornar-se majoritário na Câmara dos Deputados.

Sua votação pouco se alterou nas eleições dos anos oitenta e até o pleito de 1995, apresentando-se deste modo: 1981, 19,3% dos votos; 1985, 21,3%; 1987, 19,5%; 1991, 18,4% e 1995, 19,3%.

A condição de maior partido, contudo, assegurava-lhe a incumbência de formar governo, caso em que, sendo bem sucedido, designava o Primeiro Ministro, justamente o que ocorreu no ciclo considerado. O espírito conciliador fez o resto.

Os anos em causa sucedem aos chamados “trinta gloriosos” --como os designariam os franceses--, quando a aplicação do keynesianismo irá permitir a superação das crises cíclicas, sendo o desenvolvimento pouco afetado por recessões.

Como tem sido enfatizado, acarretou a estatização da economia --de que não cogitara Keynes, sendo resultado da presença dos socialistas nos governos-- e o desmedido crescimento da despesa pública.

Portanto, o período de domínio político da democracia cristã coincide com a fase de preocupação com o déficit público e redução das despesas do governo. Não tendo sido afetada pela estatização, a questão na Bélgica resumia-se à sobrevivência do welfare. Os governos de coalizão, liderados pela democracia cristã, trataram de preservar a seguridade social, sem alterar a forma de seu financiamento (contribuições correntes ao invés de seguro). Vale dizer: a Bélgica não se encontra entre os países

europeus que estimularam a criação de Fundos de Pensões (Suíça, Holanda e Inglaterra, basicamente). A par disto, buscaram desonerar as empresas, isto é, preservar o papel das contribuições dos beneficiários, sem recorrer a impostos.

Os democratas cristãos empenharam-se na preservação dos valores preconizados pela Igreja Católica. A flexibilização do aborto foi precedida de animados debates por mais de duas décadas. De modo que, ao ser introduzido, refletia um certo consenso, embora em problemas tão sensíveis sempre haverá descontentes.

No que respeita à situação econômica da Europa, trata-se de uma fase de difícil superação da crise iniciada em meados dos anos setenta. Nesse particular, o desempenho belga, no período de que nos ocupamos, isto é de predomínio político da democracia cristã, equivale ao das maiores economias.

Os dados de que se trata podem ser encontrados na obra *Les économies de l'Europe occidentale de 1972 a nos jours* (Paris, Fayard, 2005), da autoria de Jean-Marcel Jeanneney e Georges Pujals.

Entre 1972 e fins da década de noventa, o crescimento médio anual do PIB na Bélgica situa-se em 2,2%, resultado que seria superado pela Alemanha (2,5%) e pela França (2,4%), é certo. Ainda assim, a diferença não é tão grande.

Como de resto nos demais países europeus, entre a primeira metade dos anos setenta e meados da década seguinte, registram-se altas taxas anuais de inflação (Inglaterra, 12%; França, 10,3%), tendo na Bélgica equivalido a 7,7%. Obteve-se redução drástica entre 1985 e 1994, quando caiu a 2,4%.

Ainda segundo a fonte indicada, a Bélgica começa o período com baixos níveis de desemprego (2% em 1974). Nos anos oitenta chega a 10%. Nesse particular a redução é lenta no decênio seguinte (9,4% em 1998).

c) O ciclo do governo liberal

Desde as eleições de 1999 o quadro mudou de forma substancial.

Saindo vitorioso no pleito eleitoral de 1999, os liberais flamengos (VLD) habilitam-se a organizar uma coligação de governo. Mereceria a denominação de arco-iris. Compunha-se de seis partidos. Além dos liberais e socialistas, a coligação incorporava os “verdes” que haviam alcançado votação expressiva (em termos belgas, tenha-se presente), na mencionada eleição.

Essa coligação resistiu às eleições de 2003 --quando obteve 97 das cadeiras (maioria folgada)-- mas sucumbiu à de 2007.

Deste modo, a coligação liberal, que substituiu à democrata cristã, durou oito anos. Em termos históricos, trata-se de

período extremamente curto, sendo naturalmente temerário avançar conclusões. Contudo, introduziu alterações de tal ordem no processo político que parece imprescindível correr esse risco.

A característica marcante dos dois governos liberais irá residir na colocação na ordem do dia de conjunto de questões que levaram inquestionavelmente ao dissenso, a exemplo das seguintes: eutanásia, legalização de drogas leves e casamento entre pessoas do mesmo sexo. A par disto, a nova legislação sobre nacionalidade consistiu numa tentativa de enfrentar o problema da imigração ao arrepio da Comunidade. A experiência sugere que dificilmente qualquer dos países integrantes, tomado isoladamente, conseguirá enfrentá-lo a contento.

Embora as eleições de 2003 hajam penalizado aos ecologistas, integrantes da coligação, o governo continuou insistindo em questões polêmicas. Agora se tratava das condições de trabalho e do direito de voto aos emigrantes. Em 2004, nas eleições regionais da Flandres, o VLD vê-se reduzido à quarta colocação. Prenúncio do quadro que se desenharia em 2007.

A passagem dos liberais flamengos pelo poder provocou acentuado reordenamento político, a começar pela mudança de denominação de agremiações tradicionais.

Em 2004, O CVP passa a denominar-se Democratas Cristãos Flamengos (CD&V) e aparecerá, nas eleições de 2007, aliado à Nova Aliança Flamengo (N-VA), agremiação nacionalista que, entretanto, acha-se integrada por maioria católica, o que explica a aproximação. O Bloco Flamengo, dissolvido pela Suprema Corte por considerá-lo racista, amenizou a agressividade de seu discurso e passou a denominar-se Interesse Flamengo (Belang) . No lado valão, o Partido Social Cristão adota o nome de Centro Democrático Humanista (CDH).

Os liberais valões, por sua vez, passam a denominar-se Movimento Reformador (MR).

Os resultados eleitorais do pleito de 10 de junho de 2007 são apresentados adiante:

Partido	% de votos	Cadeiras
Cristãos Democratas Flamengos (CD&V) e Aliança Flamengo (N-VA)	18,5	30
Movimento Reformador (MR)	12,5	23
Partido Socialista (valão)	10,9	20
Liberais Flamengos (VLD)	11,8	18
Bloco Flamengo	12,0	17
Partido Socialista		

(flamengo)	10,3	14
Ecologistas e Verdes	9,1	12
Centro Democrático (CDH)	6,1	10
Outros	9,4	4
TOTAL	100,0	150

A Democracia Cristã (CD&V), graças à aliança com o grupo nacionalista flamengo N-VA, continua detendo o maior número de cadeiras. Aliados ao antigo PSC (valão), atual CDH, formariam um bloco com apenas 40 cadeiras (26%).

Os liberais flamengos (VLD) saem do pleito reduzidos a 18 cadeiras. Com se deu o rompimento com os liberais valões (agora denominados de Movimento Renovador-MR), aliando-se aos socialistas (34 cadeiras) chegariam a 52 representantes, um terço da Câmara.

As agremiações restantes seriam os dois partidos verdes -- Ecolo, valão, e Verdes, flamengo-- com 12 representantes e o antigo Bloco Flamengo (VB), atual Interesse Flamengo, com 17.

Quadro tão complexo e fragmentado explica o desfecho.

Depois de sucessivas consultas infrutíferas, somente em dezembro chega-se à constituição de governo. O interregno desde as eleições (10 de junho), totalizou 196 dias, autêntico recorde no período posterior à Segunda Guerra, tomada a Europa Ocidental em conjunto.

d) Conclusão

Consistindo a presente análise no exame da hipótese de alteração da natureza do sistema proporcional --apontada como sendo incapaz de proporcionar estabilidade política--, considerado o exemplo belga, manteria aquela característica. Cabe entretanto confrontá-la ao conjunto que tem dado provas de haver superado a mencionada limitação.

A par disto, se tivermos em vista que, dada a implantação de forma federativa de governo, como foi apontado --sendo este igualmente o caso da Itália--, talvez a circunstância deva pesar na ponderação final. E, ainda, o fato de que, na Bélgica, o voto é obrigatório.

DINAMARCA

Sob influência inglesa, a Dinamarca construiu seu sistema democrático representativo ao longo de período muito dilatado.

A primeira Constituição, de 1849, preserva a monarquia e instaura sistema bicameral. Para compor a Câmara Baixa, introduziu-se sistema censitário, isto é, estabeleceu-se limitações tanto para o direito de voto como para eleger-se

representante. A instauração de verdadeiro regime parlamentar, no qual vigora o princípio segundo o qual “o Rei reina mas não governa”, resultou de disputa, ao longo da segunda metade do século XIX, entre os dois partidos existentes, Conservador e Liberal, em conformidade com o modelo inglês. Sua implantação somente seria decidida em 1901. O sufrágio universal, abrangendo as mulheres, foi adotado em 1915. Por fim, a revisão constitucional de 1953 suprimiu a Câmara dos Lordes.

A Câmara dos Deputados (Folketing) compõe-se de 179 membros, 175 cadeiras ocupadas por representantes eleitos na própria Dinamarca. Os quatro restantes, nas ilhas de Feroe e Groelandia. Seguindo desta vez o continente, vigora o sistema proporcional. A Legislatura é de quatro anos. A prerrogativa de convocar eleições antecipadas é do Primeiro Ministro.

O verbete dedicado à Dinamarca, no livro *Les partis politiques en Europe de l'Ouest* (Paris, 1998) --principal fonte do tema--, é de autoria de Lars Bille, da Universidade de Copenhague. Considera esse autor que, na altura do pós-Primeira Guerra Mundial, “o contorno do sistema de partidos encontrava-se estabilizado para os próximos cinquenta anos seguintes, até a reviravolta eleitoral dos anos setenta. Este sistema antigo será dominado pelos quatro velhos partidos.”

Durante o meio século que vai dos anos vinte à década de setenta, quatro partidos carregaram a quase totalidade dos votos: Partido Social Democrata (obtendo acima de 40%); Partido Conservador (em torno de 20% do eleitorado); Partido Liberal (Venstre, donde a sigla V), com 20/25% e Esquerda Radical (5 a 10%). Dada a impossibilidade de qualquer das maiores agremiações governar sozinha, tornou-se praxe que o Orçamento e providências legais de maior relevância requeriam a aprovação desses partidos em conjunto. Em caso de divergência insanável, a agremiação dissidente podia exigir que uma lei, mesmo aprovada por maioria, fosse submetida a referendo.

Tanto as agremiações conservadora e liberal, como a social democrata, foram estruturadas ainda no século XIX.

O Partido Popular Conservador (KF) origina-se do grupo parlamentar constituído com o propósito de assegurar a sobrevivência do sistema eleitoral censitário e então denominava-se Direita. A extensão do sufrágio era reivindicada pelo grupo que, por sua vez, era conhecido como Esquerda. Apesar da distinção, ambos provinham da elite proprietária. Este último aderiu ainda à campanha em prol do livre-cambismo que, naquela época, surgira na Inglaterra.

A denominação de Partido Popular Conservador data de 1915, quando se deu a introdução do sufrágio universal e seus defensores viram-se na contingência de adotar um novo programa. Tomando-o como referência --e sobretudo a sua atuação ao longo de período tão dilatado --, caracteriza-se pela defesa dos valores tradicionais (a família, a Igreja Luterana

nacional, a Nação e a propriedade privada). Na defesa destes, contudo, observa Lars Bille, tem atuado de forma moderada. Defende o sistema de proteção social, sendo, como diz esse autor, “muito razoáveis suas proposições de redução do número de funcionários, e da extensão do serviço público, reconhecendo entretanto que este último deve ser racionalizado e tornado mais eficaz.”

No novo ciclo introduzido na altura da Primeira Guerra, os liberais conservaram a denominação (Venstre, Esquerda) mas progressivamente passaram a ser conhecidos como Partido Liberal. Pelo programa a que se foi afeiçoando, viria a ser a efetiva alternativa para o Partido Social Democrata que dominou a política dinamarquesa em grande parte do século passado.

Com efeito, entre 1924 e 1982, durante 45 anos, portanto, o Partido Social Democrata ocupou o poder, sozinho ou coligando-se, mas sempre indicando o Primeiro Ministro. Associou-se firmemente à criação do Estado Providência.

A social democracia dinamarquesa data ainda da fase final da Primeira Internacional (1871), atuando em conjunto com o movimento sindical, do qual dissociou-se formalmente em 1878. Seguiu os passos da Segunda Internacional na adesão ao sistema democrático representativo e à participação parlamentar, como meio de obter conquistas sociais para a massa trabalhadora. Com o surgimento da Rússia Soviética e da Terceira Internacional, sofreu igualmente cisão em suas fileiras a fim de dar surgimento ao Partido Comunista. Este, entretanto, embora haja alcançado 12,5% dos votos na eleição de 1945, foi marginalizado notadamente a partir do reconhecimento dos crimes do comunismo (atribuindo-os unilateralmente a Stalin), circunstância que também na Dinamarca deu lugar à debandada dos comunistas. Dessa debandada, aliás, iria resultar o surgimento do Partido Socialista, em 1959, que mantém certa presença no processo político.

O Partido Social Democrata Dinamarquês não experimentou a modernização por que passaram as agremiações congêneres, seguindo ao PSD Alemão. Mantém em seu programa que “a democracia deve desenvolver-se não somente na esfera política mas também no domínio econômico-social, princípio que implica a co-propriedade pelos operários dos meios de produção.” Em matéria de modernização (ou atualização), limitou-se a abandonar o antimilitarismo. Em seus governos deu apoio à OTAN. Quanto à adesão à Comunidade, não a encara com maior entusiasmo, opondo-se radicalmente à integração política (cogitada na idéia federalista inicial, posteriormente abandonada)

Sua prolongada passagem pelo governo teria inevitavelmente que acarretar aumento excessivo da despesa pública

Durante o período que se seguiu à eliminação dos principais danos materiais causados pela guerra --situado pelos autores da obra antes citada *Les économies de l'Europe Occidentale* (2005) entre 1952 e 1972 --, a Dinamarca experimentou crescimento médio de 4,3%. Essa taxa chegou a 5,3% em 1972. Os problemas trazidos à luz pelo aumento dos preços do petróleo, que marcam justamente a interrupção do ciclo virtuoso, logo se fizeram sentir. A taxa de inflação chegou a 15,3% em 1974. Seria justamente na fase de crescimento que os sociais democratas, no poder, estruturaram o Estado Providência, sustentado em grande medida por impostos. O típico da situação, segundo Lars Bille, corresponde ao crescimento exponencial da despesa pública. Acrescente-se a inadequação da social democracia para lidar com o novo quadro de crise.

Prossegue Lars Bille: “Os laços de longa data que uniam os grandes partidos a essa ou aquela camada social começam a esgarçar-se, em particular aqueles existentes entre o Partido Social Democrata e os operários; os liberais e as categorias rurais, ou entre o Partido Conservador Popular e o mundo dos negócios.” Nas eleições de fins do ano de 1973, o quadro tradicional dos quatro ou cinco partidos principais é ultrapassado. Seu número eleva-se a dez. Depois de 1973, acentua esse autor, “jamais houve menos de oito partidos representados no Parlamento (nove em 1995). Os partidos tradicionais recuam de 85% dos sufrágios, em média, para 58%.”

O Partido Social Democrata irá experimentar anos contínuos de oposição, de 1982 a 1993. O grave da situação é que não se constitui uma alternativa capaz de restaurar a estabilidade. Nove eleições gerais, entre 1973 e 1994 dão uma idéia da duração dos gabinetes, já que se tratava da antecipação dos pleitos. Duraram, em média, dois anos e quatro meses.

Em 1993, o PSD conseguiu formar uma coligação com a Esquerda Radical (RV; 6 cadeiras); o Centro Democrático (CD; 9) e o Partido Popular Cristão (KRF, 4). Dispondo o PSD de 69 assentos no Parlamento, a coligação indicada contava com 88 cadeiras, maioria de apenas um voto (com exclusão dos quatro representantes das ilhas; isto é, considerados apenas os 175 escolhidos na própria Dinamarca). Embora heterogênea, a coligação em apreço conseguiu manter-se no poder na eleição do ano seguinte. Mesmo com essa maioria precária, resistiu até o pleito de 2001.

O PSD dera provas de não ter compreendido a natureza da crise que se abateu sobre a Europa, a partir da década de setenta, embora houvesse nesse período, entre os Partidos Socialistas Europeus, a aproximação às teses colocadas em circulação pelos alemães, no Congresso de Bad Godsberg (1958). Esse processo, justamente, iria culminar, logo adiante, com a “terceira via” de Tony Blair. A par disto, tendo a Inglaterra

superado o desemprego e a inflação, sob os conservadores, dispunha-se de comprovação prática do acerto do diagnóstico e das correções de rumo introduzidas. Havia ainda o precedente holandês, com a mudança de comportamento do movimento operário, evidenciada com o Acordo de Wassenaar, que se tornaria famoso.

A par disto, os parceiros da coalizão tampouco proporcionariam qualquer novidade. Senão, vejamos.

A Esquerda Radical (RV) --que aparece nas estatísticas eleitorais como “liberais sociais” -- fora criada em 1905. Ainda que se situasse no campo liberal, estava mais preocupada com o que designa, em seu programa como a “proteção dos cidadãos dos excessos do mercado capitalista e em assegurar a igualdade de direitos para todos.” Candidato a tornar-se vítima do que se convencionou denominar de “tentação social democrata”, justamente o que levara o Partido Liberal Inglês a fundir-se com os sociais democratas, no passado recente. Nesse quadro, dificilmente proporia maiores inovações aos postulados do PSD, além de que costumava participar de seus governos anteriores.

O Centro Democrático (CD) resultou de uma cisão no próprio PSD, tornada partido autônomo em 1973. Seus integrantes indispueram-se com a influência crescente dos grupos que mais tarde seriam denominados de “velha esquerda” bem como da crescente cooperação com o Partido Socialista, cujos membros, oriundos do PC, indispuham-se apenas com a subserviência aos soviéticos. Assim, o CD poderia atuar como fermento modernizador da coalizão. Entretanto, não dispunha de uma plataforma clara nem a fonte inspiradora tradicional (os ingleses) a havia proporcionado. A afirmação da nova liderança (Blair) no seio do trabalhismo somente se consumaria adiante. A abolição da Cláusula IV, do programa partidário, que identificava socialismo com estatização da economia, deu-se em 1995.

Das descritas características da nova coalizão sob a égide dos sociais democratas somente poderia resultar “mais do mesmo”, como de fato ocorreu. A diferença residiria na capacidade demonstrada pelos liberais de que souberam aproveitar a oportunidade.

Tendo sido estruturado, como se indicou, ainda no século XIX, o Partido Liberal Dinamarquês, ao longo do tempo dispunha de uma plataforma consistente. Sobretudo a partir do último pós-guerra, quando os valores liberais estiveram em causa na Europa, soube defender firmemente a economia de mercado, proclamando que os mecanismos fundados sobre a livre empresa e a concorrência são capazes de proporcionar alocação ótima dos recursos econômicos. Ao tempo em que apostava na liberdade individual, enfatizou sempre que esta liberdade implica responsabilidade. No que se refere à situação configurada no pós-guerra, empregou o argumento de que o

exagerado crescimento da proteção social retira do indivíduo o senso de iniciativa, transferindo-a a Estado concebido de forma paternalista. A partir de tais princípios, ergueu a bandeira centrada na passagem do Estado-Providência à Sociedade-Providência. O programa em causa complementa-se, em matéria de política externa pela sustentação da OTAN e do princípio da defesa forte, do mesmo modo que a integração econômica e política da Europa.

Contudo, a julgar pelos resultados, somente no novo milênio sua liderança deu-se conta do caminho para apresentar-se perante o eleitorado como aquela força capaz de reverter o quadro de dificuldades e a recorrente incapacidade de superar os efeitos mais visíveis da crise vivida desde os anos setenta. Encontrou uma forma credível de enfrentar a questão-chave --o agigantamento do Estado-- sem fazê-lo de modo radical, isto é, sem violentar as tradições cultuadas pelo país no plano político. Essa fórmula consistiu no compromisso com o congelamento dos gastos públicos. Essa proposição iria desencadear o ataque frontal de toda a esquerda. A acusação era de que a providência correspondia a manobra para beneficiar os ricos. O certo é que se tornou tema polarizador.

Assim, na campanha eleitoral que precedeu as eleições de novembro de 2001, o Partido Liberal encontrou o slogan capaz de popularizar a mencionada idéia, acompanhada da argumentação para torná-la convincente, sendo bem sucedido. Pela primeira vez, desde 1920, outra agremiação ultrapassa o PSD e situa-se como o mais votado. Sem dispor entretanto de maioria, o Partido Liberal conseguiu formar uma coligação integrada pelo Partido Popular Conservador. Essa coligação manter-se-ia no poder nas eleições de Fevereiro de 2005 e novembro de 2007.

Os resultados das duas eleições parlamentares são apresentados adiante:

Partido	2005		2007	
	%	cadeiras	%	cadeiras
Liberal	29,0	52	26,2	46
Social	25,9	47	25,5	45
Democrata				
Popular Cristão	13,2	24	13,9	25
Socialista	6,0	11	13,0	23
Conservador	10,3	18	10,4	18
Liberal Social	9,2	17	5,1	9
Outros	6,4	6	5,9	9
Total	100,0	175	100,0	175

A coalizão entre os liberais e os conservadores introduziu na Dinamarca reformas que são classificadas como as mais

radicais em trinta anos. A máquina governamental e seus custos foram reduzidos drasticamente, o que permitiu reduzir impostos, ainda que não tenham sido alcançadas as proporções reclamadas pelos conservadores.

Os resultados no que respeita à atividade econômica foram imediatos. A despesa pública, que ultrapassava 60% do PIB passou a oscilar pouco acima de 50%. A taxa de inflação que se situava em torno dos 5% na década de noventa (redução expressiva em relação ao início da crise), continuou baixando para variar entre 2 e 3%. A melhoria geral do ambiente econômico pode ser aferido pela redução da taxa de desemprego, apresentada adiante:

Ano	Taxa de desemprego (%)
2000	5.7
2001	5.3
2002	5.1
2003	5.1
2004	6.1
2005	6.2
2006	5.7
2007	3.8
2008	3.5

A coalizão liberal atuou em outras frentes, além da indicada. Obteve melhoria na composição da imigração, enquadrando-a nos marcos das necessidades econômicas do país, e procedeu também a uma reforma municipal, tendo como objetivo assegurar a sobrevivência das pequenas unidades.

Embora o quadro político recente direcione-se no sentido do modelo da alternância no poder entre liberais (conservadores) e sociais democratas, não se poderia concluir que se trata de tendência firme. O sistema político permanece fragmentado ao tempo em que não há indícios de que o PSD trilharia o caminho da modernização, na linha do PSD Alemão e do trabalhismo inglês.

ESPANHA

A Espanha viveu sucessivas guerras civis no século XIX, não tendo sido conseguida a institucionalização da monarquia constitucional. Em meio aos conflitos armados, é proclamada a República em 1870. Esta, entretanto, somente perduraria por apenas dois anos. Num único ano o país chegou a ter cinco

Presidentes da República; os governos não se sustentavam e algumas províncias deixaram de acatar a autoridade de Madrid. Em 1875 um golpe militar dissolve as Cortes, sendo restaurada a monarquia.

O país não chegou a dispor de uma autêntica tradição liberal, predominando o democratismo que tanta influência exerceria em Portugal no mesmo período, vale dizer, tratava-se de fenômeno ibérico/francês. Os liberais aparecem como uma força minoritária.

Antes do fim do século, os republicanos dispõem de uma sólida representação parlamentar e entram em cena os socialistas, em cujo seio são muito fortes as tendências anarquistas. Entre os católicos, aparece também uma tendência radical, favorável à violência, que iria contribuir para tornar a situação ainda mais complexa. Liberais e conservadores sustentam a monarquia constitucional, mas revelam-se incapazes de promover grandes reformas. Fracassaram as tentativas de quebrar o poder local dos caciques e dar maior autenticidade ao processo eleitoral. Ainda assim, esse sistema sustentou-se por algumas décadas. Das várias crises que impõem a suspensão das garantias constitucionais, não resulta a quebra da ordem institucional. Contudo, a presença anarquista acabaria levando à sua derrocada.

A Confederação Nacional do Trabalho organiza-se em 1911 e chega rapidamente a agrupar mais de dois milhões de trabalhadores. Embora tivessem uma grande presença nessa entidade, os anarquistas formaram uma outra agremiação, a Federação Anarquista Ibérica, que adota métodos de trabalho clandestinos e se propõe abertamente a reunir homens de ação, dispostos a mudar o curso da história pela violência. A FAI considera o assassinato político como uma forma privilegiada de luta. Em 1912, os anarquistas conseguem matar o chefe da ala esquerda do Partido Liberal, José Canalejas Mendez (1845/1912), que se notabilizara pelo combate aos extremismos, tanto anarquista como católico, e estivera à frente de alguns governos. A morte de Canalejas comoveu o país, mas não trouxe maiores conseqüências. Contudo, o assassinato de Eduardo Dato Irandier (1856/1921), chefe do Partido Conservador, feriu de morte o regime.

A revolta militar de 1923 levou ao estabelecimento da ditadura de Primo Rivera, que dura até 1930. A crise de 1929 trouxe graves problemas ao país; Rivera perde o controle da situação militar, renuncia e exila-se na França, onde viria a falecer logo depois. Valendo-se da circunstância, os republicanos organizam um Comitê Revolucionário que, logo depois, em 1931, derroca a monarquia.

Nas eleições parlamentares de junho de 1931, a coalizão republicana de esquerda conseguiu larga maioria (315 cadeiras – quase 70% - num total de 466). A coalizão era entretanto muito

precária. Os comunistas tentaram apossar-se do poder numa revolta que eclodiu em janeiro de 1932, tendo fracassado. Os anarquistas, por sua vez, mantinham inalterada sua linha de atuação política, desinteressando-se da sorte da República. Em agosto era a vez da extrema direita levantar-se em armas. Os republicanos estavam assim colocados entre dois fogos.

A República deu curso a importantes reformas que vinham sendo postergadas desde o século passado. Aboliu-se a religião oficial. O caminho da autonomia das províncias, que se revelara um dos focos da instabilidade, foi equacionado de modo consensual. Foram abolidos os títulos de nobreza. Introduziu-se o escrutínio universal, para ambos os sexos, a partir dos 23 anos. A educação primária foi tornada secular e compulsória.

O Presidente da República era eleito pelo Congresso e o governo obrigado a obter maioria parlamentar. O Presidente dispunha da prerrogativa de dissolver o Parlamento.

A separação entre a Igreja e o Estado revelou-se muito complexa. Vigorava até então o sistema do padroado, isto é, os sacerdotes eram funcionários públicos. Além da eliminação dessa praxe, a República dissolveu as ordens religiosas que prestavam obediência a autoridades estrangeiras. Permitiu-se a ingerência oficial na propriedade eclesiástica. Como o país era majoritariamente católico e a Igreja extremamente conservadora, criou-se uma sólida base social de oposição à República. Nas eleições municipais de 1933, os conservadores obtêm maioria.

Nas eleições parlamentares de 1933, ocorre a vitória das agremiações conservadoras parte dos quais alia-se aos republicanos, permitindo-lhes formar o governo. Os agrupamentos mais radicais da esquerda reagem violentamente, conseguindo inclusive que a Catalunha se declare independente. O governo central reage e consegue derrotar os insurretos. Mas sem o apoio da esquerda e a franca desconfiança dos conservadores, os ministérios não se sustentam. Apenas no ano de 1935, alternam-se no poder nada menos que sete governos. Todas as reformas são paralisadas. Diante de situação insustentável, o Parlamento é dissolvido convocando-se novas eleições para o mês de fevereiro de 1936. É nesse quadro que Antonio Primo de Rivera, filho do antigo ditador, organiza a Falange, entidade afeiçoada ao Partido Fascista Italiano.

Para as eleições parlamentares de 1936, os republicanos organizam a denominada Frente Popular, abrangendo os liberais, a esquerda republicana, socialistas, comunistas, trotskistas e anarquistas. Era o tempo em que coalizão semelhante se formara na França. A Frente Popular consegue ampla maioria (308 cadeiras, 66% do total), contra 158 dos conservadores (34%). Mas, na Frente Popular, os liberais eram minoria escassa, dispondo de apenas 52 deputados.

A adesão da esquerda à Frente Popular revelou-se circunstancial. Nos primeiros quatro meses do governo saído

dessa coalizão, o país foi sacudido por 113 greves gerais e 218 parciais. Os anarquistas e outros elementos radicais incendiaram 170 igrejas e destruíram as instalações de 10 jornais conservadores.

O quadro era de todo insustentável. O Presidente da República (Zamora) tenta dissolver o Parlamento e convocar novas eleições mas é fragorosamente derrotado, o que o leva a renunciar. Em seu lugar é designado o então chefe do conselho de Ministros (Azaña) mas sem maior suporte parlamentar. Em julho, o general Francisco Franco (1892/1975) rebela-se no Marrocos e o país é arrastado à guerra civil.

A guerra civil espanhola durou cerca de quatro anos, tendo terminado em março de 1939, com a vitória de Franco. O evento tornou-se uma peleja internacional, intervindo batalhões formados pela esquerda, com pessoas provenientes de vários países. A Itália apoiou abertamente as tropas franquistas. As lutas foram encarniçadas, estimando-se que tenha morrido um milhão de pessoas.

Franco governou durante pouco menos de quarenta anos. O novo regime que copiou muitos institutos do corporativismo italiano e manteve-se nos marcos do autoritarismo, aprovou em 1947 a chamada Lei da Sucessão, segundo a qual deveria ter lugar a restauração monárquica. Franco não desejava, entretanto, monarquia de cunho tradicional e conseguiu, em 1954, que o herdeiro presuntivo renunciasse em favor do Infante Juan Carlos, desde então educado para o novo mister e que iria revelar-se um grande estadista, após a morte de Franco (1975). Assumindo o poder, Juan Carlos impulsionou a transição para a democracia agindo com moderação. Contou também com a emergência de grandes estadistas, entre estes o chefe do primeiro governo comprometido com a abertura política e a nova liderança socialista.

Em 1978, promulgou-se uma nova Constituição, introduzindo o regime parlamentar. O número de cadeiras na Câmara Baixa (Cortes) foi fixado em 350 deputados, escolhidos pelo sistema proporcional. Embora os elementos conservadores não tivessem aceito de bom grado o novo quadro, a transição foi assegurada por uma coalizão liderada por Adolfo Suarez, que conseguiu expressiva maioria nas eleições de 1978 (168 cadeiras; 48% do total). Os militares promoveram uma insurreição armada, mas o Rei conseguiu o apoio dos comandos mais importantes. Franco havia conseguido modernizar o país e, nas novas circunstâncias, abre-se o caminho à admissão ao Mercado Comum Europeu. A Espanha ingressa numa era de grande prosperidade.

Nas eleições de 1982 consegue expressiva maioria o Partido Socialista, liderado por Felipe González, uma liderança moderna mais próxima da social-democrata alemã que do socialismo tradicional. González não se envolveu em aventuras

estatizantes, mantendo o crescimento econômico e a prosperidade. Graças a isto, obteve novos mandatos em 1986 e 1990, embora sua maioria se haja reduzido. A Constituição espanhola de 1978 introduziu dispositivo que exclui os partidos que hajam obtido menos de 3% dos votos. Contudo, nas eleições de 1993, a maioria do PSOE reduziu-se a 47%. Nessa mesma eleição, desponta, como segunda agremiação, o Partido Popular, mas que só obteve 40% das cadeiras. Finalmente, no início de 1997 o Partido Popular suplanta os socialistas mas para governar têm que coligar-se com os catalães que já estavam no poder.

Os dois governos do PP, chefiados por José Maria Aznar, serviram para caracterizá-lo como uma agremiação liberal, apta a defrontar-se com a competente liderança socialista exercida por Gonzalez. Seguiu firmemente a política de redução da despesa pública, traduzida na baixa de impostos sobre empresas e pessoas físicas. O país cresceu a taxas mais altas que as alcançadas pela Europa. E ainda que não haja logrado grande avanço na reforma trabalhista, obteve redução do desemprego (superior a 20%) ao nível da média europeia (8%). Consciente do desgaste que inevitavelmente recai sobre a liderança no caso de um terceiro mandato, o PP concorreu em 2004 com novo nome (Rajoy). Contudo, Aznar não conseguiu administrar o brutal atentado terrorista ocorrido às vésperas das eleições, visivelmente organizado pelo radicalismo islamita, tendo em vista o engajamento da Espanha ao lado dos Estados Unidos. Sendo natural que tivesse contato com a ajuda do grupo terrorista basco (denominado ETA, que seguidamente perpetrava tais atentados), pretendeu negar a participação da Al Queda. Explorando a circunstância, os socialistas ganharam as eleições, embora nada o indicasse.

A nova liderança socialista (José Luiz Zapatero), embora mantendo a política econômica, revelou-se disposta a reintroduzir no país o clima de tensão e confronto que praticamente se conseguira eliminar nos trinta anos de abertura política. Criou animosidades sucessivas com a Igreja Católica; ignorou o chamado Pacto de Moncloa que inseria o compromisso de evitar a reabertura das feridas da guerra civil, ao investir contra a memória franquista; decidiu encaminhar isoladamente processo que acabou servindo para assegurar a sobrevivência da ETA, violando as regras do acordo anti-terrorista em vigor, com o qual estavam comprometidos os diversos partidos, inclusive o PP; e, mais grave que tudo, estimulou o nacionalismo catalão, concordando em que a Catalunha se auto-definisse como uma nação, o que sem dúvida alguma compromete tanto a sobrevivência da monarquia como da própria unidade nacional.. A questão das autonomias havia sido adequadamente equacionada no período da abertura. Enfim, ao contrariar regras da Comissão Europeia, conseguiu turbar a forma como ocorria a integração à Comunidade, que abria à Espanha a possibilidade de vir a participar do pequeno grupo de países que a têm liderado.

Do ponto de vista da questão sob exame, verifica-se pelos dados abaixo que o sistema proporcional não tem impedido a formação de maiorias:

Ano	P. Socialista		P. Popular		Esq. Unida		Conv. e Uni.		TOTAL	
	%	Cad.	%	Cad.	%	Cad.	%	Cad.	%	Cad.
1993	38,5	159	34,6	141	5,1	18	4,9	17	83,1	335
1997	37,4	141	38,8	156	6,0	21	4,6	16	86,8	334
2000	41,2	138	51,1	171	2,9	10	4,6	16	99,8	335
2004	46,8	164	42,3	148	1,4	5	2,9	10	93,4	327
2008	43,8	169	40,1	153	0,6	2	3,1	11	87,6	335

A Esquerda Unida corresponde à aliança eleitoral dominada pelo Partido Comunista Como bloco parlamentar mantinha atuação conjunta. Com o virtual desaparecimento desde o último pleito, a fim de manter-se nas Cortes passou a integrar o denominado Grupo Misto, constituído pelas agremiações menores, obrigadas a dispor de tempo de participação nos debates e representação nas Comissões como se fosse uma única agremiação A Convergência e União corresponde à principal agremiação da Catalunha. Até os dois últimos pleitos detinha o monopólio da representação nacional. A partir destes, perdeu essa condição. As cerca de vinte cadeiras atribuídas ao colégio eleitoral catalão passaram a ser ocupadas por mais dois outros partidos.

GRÉCIA

Tem muito a ver com a história da Grécia contemporânea o chamado Grande Cisma do Oriente, denominação atribuída à primeira expressiva divisão do cristianismo, de que resultou a criação da Igreja Ortodoxa, cuja patriarcalidade foi sediada em Constantinopla. Devido a essa divisão, o tradicional embate com o Islã, de que resultariam as sucessivas Cruzadas, a fim de libertar Jerusalém, durante largo período iria afetar precisamente a área compreendida pela Igreja Ortodoxa. Desta feita, os maometanos são representados pelo Império Otomano. Este ocupa a Ásia Menor, correspondente à parcela oriental da Turquia, seguindo-se, em 1393, a ocupação da Bulgária e da Romênia. Constantinopla vê-se imprensada entre dois tentáculos. Ainda no século XIV atinge a Sérvia. Constantinopla cai em 1453, a ocupação da Bósnia tem lugar em 1463, logo acompanhada da Grécia. A parte oriental do Mediterrâneo passa a integrar aquele Império. A investida prossegue e ameaça Viena em fins do século XVII.

A libertação dessa parte da Europa da dominação turca, de igual modo, por sua vez, equivale a processo dilatado. Começa

em 1669 com a libertação da Hungria e da Transilvânia. Mas somente em 1829 o Império Otomano iria reconhecer a independência da Grécia.

A luta pela independência da Grécia correspondeu a uma guerra sangrenta e mobilizadora da opinião pública europeia. Durou praticamente uma década e estabeleceu um verdadeiro fosso entre turcos (muçulmanos) e gregos (cristãos ortodoxos), que iria ressurgir periodicamente. Quase um século depois, ao término da Primeira Guerra, valendo-se da circunstância de que a Turquia sai enfraquecida da conflagração, a Grécia tenta invadir Istambul (onde permanecia expressiva população de origem grega). Derrotada, as nações mediadoras acertam a troca de naturais dos dois países. Disso resulta monumental deslocamento de populações: 400 mil muçulmanos que habitam a Grécia voltam à Turquia enquanto dali são evacuados um milhão de gregos. Essa disputa ainda reascender-se-ia no último pós-guerra. Finda a dominação britânica na ilha de Chipre, em 1960, verifica-se a tentativa grega de incorporá-la integralmente, disposição que acabaria numa guerra com a Turquia. Em meados da década de setenta a ilha é subdividida a partir da confissão religiosa, situação que acaba por consolidar-se. Presentemente, a parte grega da ilha de Chipre, onde se constituiu governo autônomo, é parte integrante da União Europeia.

Ao longo do século XIX e na primeira metade do seguinte o país não consegue assegurar-se do normal funcionamento de monarquia constitucional, tendo experimentado violações da ordem legal. No curso da Segunda Guerra estabelece-se conflito entre o monarca e o primeiro ministro, no que se refere à participação no conflito, de que resulta ter o país se declarado neutro. Invadido pela Itália, organiza-se ampla resistência, afinal vencida pela direta intervenção de tropas alemãs.

A libertação dá-se com a invasão de tropas britânicas em 1944. A resistência acabara dominada pelos comunistas que se opõem à restauração da monarquia, iniciando-se no país a guerra civil. A exemplo das precedentes, caracterizou-se pela violência. Tendo obtido o apoio dos governos norte-americano e britânico, os monarquistas tornam-se vencedores. Ainda desta vez, a ordem legal não consegue estabelecer-se. Em 1965, instaura-se no país uma ditadura militar.

O regime militar durou até 1974. Após a sua derrocada, realiza-se um plebiscito quanto à forma de governo saindo vencedora a preferência pela República Parlamentar. Começa um novo período na história da Grécia, que dura até o presente.

A singularidade do novo período reside no fato de que hajam surgido dois grandes partidos que, a partir dos anos oitenta, vêm alternando-se no poder.

O primeiro deles denomina-se Movimento Socialista Panhelênico. PASOK, a partir da sigla em grego.

Entre 1974 e 19891, a agremiação segue uma linha terceiromundista, nutrindo-se de posicionamentos radicais (contra a OTAN; as instituições financeiras internacionais e a Comunidade Européia). Progressivamente assume posições populistas e nacionalistas. Em 1977, os trotskistas são expulsos. Depois da morte de seu fundador (Andréas Papandreou (1919/1996) a nova liderança aproxima-se dos Partidos Socialistas europeus afeiçoados à social democracia, a exemplo do PSOE, espanhol.

De março de 1997 a 2004, o PSOK foi liderado por Costas Smitis. Em 2004, assume George Papandreou, filho do fundador. Desde 2006, preside a Internacional Socialista.

O segundo partido denomina-se Nova Democracia –ND, provindo da iniciativa conservadora.

De 1920 a 1958, os conservadores agrupavam-se no Partido Popular.. Em que pese os percalços experimentados por esse partido e a dispersão dos conservadores que se seguiu à ascensão dos militares ao poder, seu líder, Constantin Caramanlis (1907/1998) exerceu influência marcante na política grega durante largo período. Com o fim da ditadura militar, em 1974, funda a Nova Democracia.

De início, o propósito era seguir uma linha social-democrata, dado que este era o quadro predominante na Europa. Tenha-se presente que coincide com o fim dos chamados “trinta gloriosos”. Na medida em que avança a crise daquele ciclo e tendo presente que o PASOK encaminhava-se no sentido da social-democracia, os conservadores adotam, em 1990, um programa de inspiração thatcheriana. Contudo, no país não havia ambiente para guinada nessa direção, pelo fato de que a presença do Estado na economia era expressiva, notadamente naquele setor no qual a Grécia conquistara uma posição de liderança: o transporte marítimo. Do ponto de vista estritamente econômico, a Grécia era um país atrasado.

A fim de superar esse atraso, os conservadores procuraram aproximar-se do movimento que iria desembocar na criação da Comunidade Européia desde o seu nascedouro. Assim, ainda em 1959 firmam um acordo de cooperação, suspenso devido ao golpe militar (1965) e renovado com o fim daquela ditadura (1974). Nessa altura, o PASOK opõe-se ao ingresso na UE aspiração nutrida apenas pela Nova Democracia. Por fim, dada a revisão pelo PASOK de sua posição inicial, o Tratado de Adesão é firmado a 28 de maio de 1979, formalizando-se em janeiro de 1981.

No poder, a Nova Democracia aplicou as diretrizes da Comunidade Européia, na manutenção do déficit público no limite permitido e empenhou-se no controle da inflação, tudo isto, contudo, de forma moderada. Conseguiu registrar avanços sobretudo na modernização da agricultura e na criação de uma

infra-estrutura apta a favorecer a dinamização do turismo, propiciando uma certa diversificação econômica.

Constantin Caramanlis tornou-se a personalidade mais influente da situação política grega na segunda metade do século passado. Seria primeiro ministro de 1953 a 1963 quando se exila na França, regressando ao solo pátrio com o fim da ditadura militar (1974). É então colocado à frente de uma coalizão de união nacional exercendo as funções de Primeiro Ministro. Ganha as eleições de 1977 e fica no poder até 1980. Nesse mesmo ano é eleito Presidente da República para o quinquênio 1980/1985. Teve o mandato renovado para o período 1985/1990. Ao falecer, em 1998, tinha 91 anos de idade.

Com o afastamento de Constantin Caramanlis, assume a Presidência da Nova Democracia Costas Smitis (março de 1997), posto no qual permanece até 2004, quando assume Costas Caramanlis (nascido em 1956; sobrinho de Constantin Caramanlis), que se torna Primeiro Ministro em 2004.

Resumidamente, a alternância no poder dos dois grandes partidos configura-se como segue.

Tendo ascendido ao poder com a restauração democrática (1974), a Nova Democracia o manteve na década seguinte. Nos pleitos eleitorais de 1979, 1983 e 1990, alcançou respectivamente 144, 148 e 150 cadeiras (a Câmara compõe-se de 300 representantes), em decorrência de haver alcançado 44%, 46% e 47% dos votos. Neste ciclo, o PASOK obtém cerca de 40% da votação. Deste modo, as duas agremiações chegam a corresponder a 85% dos votantes. Aparecem três pequenas agremiações, obtendo cada uma em torno de 5% dos votos, sendo uma delas o outrora todo poderoso Partido Comunista.

Na década de noventa verifica-se alternância de poder. O PASOK ganha as eleições de 1993 e 1996, alcançando em ambas expressivas maiorias (170 e 162 cadeiras). Renova o mandato mais uma vez em 1999, perdendo-o nas eleições de 2003, vencidas pela Nova Democracia. Essa agremiação ganha também as eleições de 2007 (setembro), quando alcançou 43% dos votos (152 cadeiras), vitória que lhe permitiria permanecer no poder até 2011. Devido sobretudo às dificuldades econômicas decorrentes da crise mundial iniciada em fins de 2008, convoca eleições antecipadas para outubro de 2009 e as perde. O PASOK consegue maioria confortável (159 cadeiras).

HOLANDA

Nos começos da década de setenta, o desemprego praticamente inexistia na Holanda, oscilando em torno de 2,5%. A exemplo do que ocorreu na Europa, com os dois choques do petróleo nessa década, mais que dobrou (6% em 1977). As mais altas taxas ocorreram na segunda metade de 1983 (9,4%). Em 1998, a Holanda alcançou taxa de desemprego considerada

normal (4,2%) e, entre o último trimestre de 1999 e 2002, oscilou em torno de 3%.

A experiência holandesa confirma a existência de uma forte correlação entre os níveis de desemprego e a forma de encaminhamento das relações de trabalho. Comprova que a substituição da regulamentação pela negociação (o que também tem sido denominado de flexibilização) contribui de modo preponderante na redução do desemprego.

A par disto, distingue-se da experiência inglesa no sentido de que a mudança pode ser negociada com os sindicatos, ao invés de imposta, como ocorreu com Mme. Thatcher.

O chamado Acordo de Wassenaar, firmado em 1982, expressa a concordância das Trades com elevações salariais inferiores aos níveis de produtividade. A inflação chegou a 6,5% em 1980; 6,7% em 1981, e 5,9% em 1982, reduzindo-se a 2,7% em 1983, resultado atribuído sobretudo à contribuição dos sindicatos. Adicionalmente, aceitaram a estagnação do salário mínimo entre 1982 e 1990, bem como entre 1993 e 1996, de que resultou tivesse baixado de 64% para 51% do salário médio. Aceitaram finalmente a política de combate ao desemprego mediante estímulos a trabalho de tempo parcial (que era também uma aspiração de parte do emprego feminino, interessado em dedicar maior tempo à família).

Ao mesmo tempo, os sindicatos obtiveram redução de 5% do tempo de trabalho e a redefinição dos níveis de remuneração a fim de que refletissem aprimoramento da formação, fenômeno generalizado em setores exigentes de reciclagem.

Tenha-se presente que os sindicatos holandeses têm a atribuição de negociar os contratos coletivos de 83% dos assalariados, sendo de fato representativos da massa trabalhadora, ao contrário do que ocorre em outros países europeus.

Ao longo do século XX, o sistema eleitoral holandês favoreceu o multipartidarismo, na medida em que não se cogitou da imposição de votação mínima a fim de assegurar, às agremiações, o direito à representação. Esse comportamento já se firmara mesmo antes da adoção do sistema proporcional, ocorrida em 1918. Em conseqüência, sempre foi numeroso o número de agremiações com assento na Câmara. Entre 1971 e 1972, encontravam-se nessa situação 14 agremiações. A partir do pleito eleitoral de 1994, reduziram-se para 12.

Essa praxe cimentou a tradição de governos de coalizão. Ao mesmo tempo, as agremiações que se credenciaram a impulsionar esse procedimento --isto é, competência da liderança para viabilizar sua concretização-- estavam dotadas de estrutura programática que não tornava impeditiva a busca de consenso; ao contrário, facultava esse desfecho.

Neste pós-guerra, três agremiações políticas revelaram-se capazes de alcançar esse resultado. Cumpre determo-nos na sua caracterização.

A mais importante de tais organizações corresponde àquela que assumiu a hegemonia das agremiações confessionais, de que resultou a denominada União Cristã Democrata- CDU.

A agremiação em apreço foi amplamente beneficiada por uma das singularidades da prática política holandesa: a ascendência de agremiações confessionais nesse processo, exercida por dois partidos de inspiração protestante (Partido Anti-revolucionário; sendo ARP a sigla em holandês; e União Cristã Histórica- CHU) e um de inspiração católica (Partido Popular Católico -KVP). Este último revelou-se mais destacado na medida em que participou de todos os governos entre 1918 e 1972.

O pós-guerra iria trazer significativas alterações tanto no ânimo dos eleitores como nos Partidos Católicos. A partir da Itália e da Alemanha, a democracia cristã firma-se desvinculando-se sucessivamente da alta hierarquia da Igreja, bem como atraindo para as suas fileiras elementos pertencentes a outras confissões e até mesmo liberais. Outro fator de dissenso entre os católicos seria o Concílio Vaticano Segundo.

No caso holandês, detendo um terço das cadeiras na Câmara (50 em 150), em 1963, cerca de dez anos depois, em 1972, a representação do KVP estava reduzida a cerca da metade (27). Os partidos protestantes também tiveram perdas, ainda que menos extensas. Desde 1967, as três agremiações iniciam negociações com vistas à fusão, concluídas em outubro de 1980. Forma-se a União Cristã Democrata (CDA) que logo se credenciaria a liderar ou integrar novas coligações.

A CDA iria acentuar uma das características da experiência política da agremiação católica. O conservadorismo católico holandês acabou encontrando um caminho hábil para evitar a armadilha que dificultou, na Europa como um todo, o relacionamento dessa vertente com o governo representativo. O propósito claro (programático) consistiu em fortalecer a sociedade, como instrumento capaz de confrontar o Estado. Assim, distanciando-se do estatismo a que não estiveram imunes os congêneres europeus, no passado, ao mesmo tempo evitava o que os católicos tanto temiam: o “fantasma” do individualismo liberal. “Fantasma” porquanto, na valorização da pessoa humana, os liberais louvam-se da presença do cristianismo na cultura ocidental.

Assim, a CDA atendia ao requisito essencial suscitado pela situação política concreta: capacidade de obter o novo consenso requerido pela problemática surgida do curso histórico.

As outras agremiações que atendiam a tal requisito -- capacidade de liderar ou integrar coligações governamentais--

seriam o Partido Trabalhista (PvDA) e o liberal conservador (Partido Popular pela Liberdade e a Democracia- VVD)

O Partido Trabalhista (PvDA) corresponde à refundação do velho PSD (criado em 1894), levada a cabo em 1946. Oriundo do movimento sindical, a exemplo do homônimo inglês, seguiu desde logo o caminho da reforma pela via parlamentar, em conformidade com a regra fixada pela Segunda Internacional. Manteve-se fiel ao princípio orientador formulado no documento de fundação: “defesa dos mais pobres numa sociedade caracterizada pela coexistência da economia de mercado com a democracia liberal.”.

A partir de 1986, obedece à liderança de Win Kok, que vinha de exercer a Presidência da Federação Holandesa das Trade Unions, sendo considerado o artífice do Acorde de Wassenaar, assinado entre as Trades e as organizações patronais, com vistas ao combate do desemprego.

As indicações precedentes comprovam que a liderança do Partido Trabalhista (PvDA) estava em mãos de negociador experimentado, a par da circunstância de que o programa partidário afeiçoava-se ao desfecho da evolução do socialismo democrático ocidental, que se convencionou denominar de social democracia.

Por fim, resta apresentar as indicações que confirmam ser o perfil, do liberalismo conservador holandês, idêntico ao da CDA ou do PvDA. Assinale-se, desde logo que são duas as agremiações liberais existentes na Holanda, segundo a dicotomia clássica: conservadorismo liberal (Partido Popular pela Liberdade e a Democracia –VVD) liberalismo social (Democratas 66 (D-66). Este último passou a integrar o contingente das pequenas agremiações com assento na Câmara.

O Partido Popular pela Liberdade e a Democracia –VVD, organizado em 1946, tinha o propósito de revitalizar as agremiações liberais conservadoras, presentes na cena política deste as últimas décadas do século XIX. Embora evitando posições extremadas, dissonantes das melhores tradições ali cultuadas, a agremiação ergueu a bandeira consubstanciada no slogan “mais mercado e menos Estado”. A par disto, a nova liderança emergente nos anos oitenta, na pessoa de Frits Bolkestein (nascido em 1933; Presidente da Internacional Liberal no triênio 1996/1998), passou a enfatizar os valores capazes de proporcionar a coesão nacional. Conseguiu, pela primeira vez na história do país, estabelecer a pauta da coligação governamental no poder entre 1994 e 2002.

No período 1977/1982, esteve no poder a coligação entre os cristãos democratas (CDA) e os liberais (VVD). Esse governo fixou a linha geral seguida no enfrentamento da crise surgida naquele período, de que resultou a assinatura do mencionado Acordo de Wassenaar, bem sucedido no combate ao desemprego, conforme foi indicado. Em 1982, a CDA tem novo líder, Ruud

Lubbers, que, desde então torna-se Primeiro Ministro. Extingue-se a coligação com os liberais, substituída pela aliança com o Partido Trabalhista, que sobreviverá ao longo dos próximos 12 anos, isto é, até 1994.

O problema grave, que a presença dos trabalhistas no governo iria contribuir para o seu imprescindível equacionamento correspondia ao imperativo de reduzir-se a despesa pública, representada sobretudo pelos compromissos decorrentes do Estado de Bem Estar Social. O modelo de seguridade vigente, ao invés de utilizar a modalidade seguro (atendimento aos encargos com recursos provenientes de aplicações), introduziu o financiamento por contribuições correntes. Disso resulta que os déficits, desta ou daquela rubrica, acabam onerando o Orçamento público.

No período recente, na maioria dos países, o seguro desemprego tem sido o grande responsável pelo déficit. Como vimos, a Holanda equacionou-o flexibilizando a legislação trabalhista, com a anuência dos sindicatos. As aposentadorias tornaram-se outra fonte de desequilíbrio, enfrentada pelos holandeses no período em causa. Seguindo o exemplo da Inglaterra, criou-se a figura da aposentadoria complementar -- destinada a assegurar-se poder aquisitivo idêntico ao auferido durante a vida ativa--, de responsabilidade individual, com vistas a que o governo estimulou a organização de Fundos de Pensões. Três lustros depois da fase inicial do governo de coalizão democratas cristãos/trabalhistas, os ativos dos Fundos de Pensões holandeses equiparavam-se ao PIB. Tenha-se presente que esse modelo tem o mérito de criar fonte adicional de investimento, de que depende, em última instância, a taxa de crescimento de um país.

Nas eleições de 1994, a CDA perde nada menos que 20 cadeiras na Câmara, reduzindo-se a sua bancada de 54 para 34 representantes. Em contrapartida, ambas as correntes liberais experimentam expressiva vitória. Os liberais conservadores (VVD) têm a representação ampliada de 22 para 31 cadeiras e os liberais sociais de 12 para 24. Os trabalhistas (PvDA) têm igualmente reduzida a sua bancada, redução essa, contudo, menos drástica do que a vivida pela CDA: retém 37 das 49 de que dispunham. Liberais e trabalhistas, contando com 92 deputados, detêm maioria de 61%, o que lhes permitirá formar a nova coligação de governo. Tendo alcançado nova vitória em 1998, mantêm-se no poder até 2002.

O carro chefe da coligação liberal/trabalhista consistiu na redução de impostos incidentes sobre as empresas, diligenciando no sentido de que tais benefícios se refletissem nos preços, a fim de estimular o consumo, como forma de assegurar o crescimento. Ao mesmo tempo, a partir de ampla negociação com o empresariado aprovou-se legislação estimuladora da concorrência, através do Competitive Trade Act (1998).

Entre 1994 e 2000, criaram-se mais de um milhão e meio de empregos. A Holanda registrou taxas médias de crescimento (3,2%) superiores à média europeia (2,5%).

Nas eleições de 2002, agora sob a liderança de Jan Peter Balkenende, a CDA reconquista a hegemonia tradicional, credenciando-se para liderar mais uma vez a coligação de governo. Conservando essa vantagem nas eleições de 2006, permanecerá no poder. A exemplo das coligações anteriores, os resultados eleitorais acabam por alterar a sua composição. Assim, nos sete anos transcorridos, assegurada a permanência do Primeiro Ministro, a composição do governo alterou-se quatro vezes. A última, em fevereiro de 2007, para integrar o Partido Trabalhista (PvDA) no governo.

IRLANDA

A Irlanda era parte do Reino Unido (Inglaterra), tendo se tornado independente em 1922, depois de uma guerra civil de que resultou a separação do Norte, onde predominavam os protestantes. Assim, a conflagração em causa era basicamente de índole religiosa. A Irlanda se manteve católica através do tempo, na verdade cultivando isolacionismo no seio da comunidade britânica. Não se integrou à Revolução Industrial, permanecendo como país de agricultura tradicional, de baixa produtividade. Atribui-se a esse fato a intensa emigração que a afetou. Basta dizer que sendo habitada por 4,4 milhões de pessoas em 1861, segundo o Censo de 2006 registra população de 4,2 milhões. Deste modo, ao longo de século e meio regrediu em termos populacionais.

O apego ao isolacionismo de sua elite levou-a, após a independência, a cortar as amarras que a ligavam ao Commonwealth, política que se completa em 1949 com a proclamação da República. A prevalência de disputas religiosas resultou na eclosão de grave crise na Irlanda do Norte, iniciada em 1968 e que durou até a última década do século, disseminando a prática de atos de terrorismo de ferocidade chocante. Esse conflito assumiu nitidamente a feição de uma guerra entre católicos e protestantes, em pleno século XX.

A partir dos anos trinta, o governo irlandês coloca em prática o mais absurdo protecionismo econômico. A par disto, em 1937 é adotada uma nova Constituição cujo conteúdo se inspira nas doutrinas da Igreja Católica, à época empenhada em encontrar alternativas para a industrialização e o sistema democrático representativo. Coerentemente, a Irlanda declara-se neutra na Segunda Guerra.

Resultado: no pós-guerra aparece como o país mais pobre da Europa. Ainda na década de cinquenta, 400 mil irlandeses buscam a emigração. E mais: seu exemplo é invocado para afirmar a incompatibilidade da religião católica com o

desenvolvimento econômico, inferência flagrantemente indevida do fato de que se tenha popularizado a tese weberiana de que os protestantes encontravam-se na base da Revolução Industrial inglesa.

A partir de fins da década de cinquenta começa a ser posta em causa a orientação seguida até então. Disso adviria o progressivo abandono do protecionismo, processo esse que culminaria com a adesão à Comunidade Européia em 1973.

Como membro da UE, a Irlanda procurou seguir a orientação que recomendava a adoção de medidas no sentido de tornar o país atrativo para investimentos estrangeiros. Nesse particular, viria a ser a nação onde os impostos incidentes sobre as empresas chegaram aos níveis mais baixos. Em consequência atraiu grupos multinacionais e diversificou enormemente a sua economia. Surgiram novos ramos industriais, inclusive valendo-se dos recursos minerais existentes. A título de exemplo, indique-se que se tornou grande fornecedora de zinco.

A Irlanda alcançou taxas recordes de crescimento, em especial a partir dos anos oitenta e nas décadas subseqüentes. Entre 1995 e 2000, a taxa anual de crescimento equivaleu a 10%, resultando na aceleração do PIB em 46%. Entre 2001 e 2007, a taxa mantém-se elevada (7% anuais). Tendo as exportações alcançado expressiva proporção na geração de riqueza, a exemplo dos demais países europeus foi afetada pela crise iniciada em fins de 2008.

Para dar conta da nova situação, referendo levado a cabo em 1972 retirou a especial menção à Igreja Católica, no âmbito das confissões. Em seu lugar, afirma-se a liberdade religiosa. Contudo, os avanços nesse plano encontram ainda muita resistência. A proibição do divórcio somente foi revogada em 1993.

No período recente a Irlanda voltou a experimentar aumento populacional, depois de secular declínio. Contudo, como foi referido, o contingente populacional ainda não alcançou os níveis da metade do século XIX. Da população atual (4,2 milhões), 87% são católicos. De acordo com a Universidade de Georgetown, o país apresenta, na Europa, o maior índice de freqüência à missa dominical. Essa componente, que sustenta o isolacionismo tradicional, iria refletir-se nas relações com a União Européia. Apesar dos notórios benefícios decorrentes do ingresso na organização, a Irlanda atrasou durante um ano a ratificação do Tratado de Lisboa que, entre outras coisas, substitui o sistema de unanimidade (impraticável devido à sucessiva expansão, agora com 27 membros) por modalidade mais flexível a partir da ponderação de indicadores populacionais e coeficientes mínimos, na adoção de providências que afetem os Estados membros.

Quanto ao sistema partidário, a principal agremiação corresponde ao denominado Fianna Fail --que significa

“guerreiros do destino” ou “soldados da Irlanda”. Trata-se de agrupamento nacionalista tradicional, republicano, fundado pela personalidade que se considera haja criado a Irlanda independente --Eamon de Valera (1882/1976).

A mencionada agremiação (Fianna Fail) esteve no poder, ininterruptamente, entre 1932 e 1948. Depois desse largo período (16 anos) e de breve interrupção, reconquista-o entre 1951 e 1954; de 1957 a 1973 e de 1977 a 1981. Sendo o principal sustentáculo do isolacionismo que condenou a Irlanda à extrema pobreza, revelou-se pragmático o suficiente para aceitar a aproximação com a União Européia e, de posse dessa bandeira, manter-se na direção do país.

Deste modo, a alteração de orientação política não afetou a hegemonia do Fianna Fail. Desde os anos oitenta alcança pouco menos de 50% da votação. Essa situação lhe tem assegurado resultados próximos da obtenção de maioria para governar. Nas eleições gerais de 2002, por exemplo, obteve 81 cadeiras (menos três que a maioria porquanto a Câmara compõe-se de 166 representantes). Em tais circunstâncias, tem formado coalizões com um pos pequenos partidos (Democratas Progressistas).

A linha pragmática de aproximação com a União Européia foi sustentada firmemente pela nova liderança de Bertie Ahem, que assumiu esse posto em 1994, ocupando assim o cargo de Primeiro Ministro, mantendo-o até 2008, quando renunciou devido a acusações de corrupção.

A segunda maior agremiação Fine Gael (“Tribo dos Irlandeses”) detém em torno de 30% das cadeiras do Parlamento, originando-se igualmente das hostes católicas. Segundo Julian Thomas Hottinger (Universidade de Friburgo, Suíça), procura distinguir-se de seu grande rival, Fianna Fail, o que o leva, como diz, a caracterizar-se como “partido em mutação perpétua”. E, prossegue: “Os dois partidos são conservadores mas o Fine Gael tende a ser mais liberal. No período recente, tem insistido na necessidade de reduzir as despesas estatais.”

No que se refere aos menores partidos, além do mencionado Democratas Progressistas (elege menos de dez representantes), funciona Partido Trabalhista (bancada de vinte cadeiras), que está longe de corresponder à agremiação assim denominada na Inglaterra. Embora ligado ao movimento sindical, este segue, de igual modo, a orientação da Igreja Católica.

Do que precede, pode-se concluir que, como a religião tem se revelado o elemento definidor da nação como um todo, não há indícios de que se haja configurado (ou até mesmo de que venha a configurar-se) polarização assemelhada à que tem sido observada nos países estudados.

ITÁLIA

A unificação da Itália é fenômeno tardio. Formalmente costuma ser datada de 1861, quando se reuniram os representantes de todos os estados, com a exceção de Veneza e Roma (Estado Pontifício), a fim de estruturar o primeiro parlamento nacional. Adotou-se uma constituição que estabeleceu a monarquia constitucional. Veneza aderiu ao novo Estado em 1870 e, nesse mesmo ano, procedeu-se à ocupação de Roma, tornada capital do Reino.

A dificuldade do empreendimento podia ser medida pela afirmativa do conhecido filósofo e pensador liberal Bertrando Spaventa (1817/1883): “A Itália está feita; agora é preciso fazer o italiano”. Com efeito, as repúblicas e os pequenos reinos que acabaram estruturando-se alguns séculos depois da queda do Império Romano haviam acumulado tradições que se consolidaram ao longo de pelo menos mil anos. Lombardos, napolitanos, venezianos, sicilianos ou piomonteses não iriam, da noite para o dia, abdicar de sua soberania. A estruturação de um Estado central revelou-se uma tarefa de muito difícil execução. A impressão que se recolhe, notadamente em decorrência do compromisso a que se chegou no período subsequente à Segunda Guerra, é a de que o país renunciou a esse objetivo, consoante teremos oportunidade de indicar expressamente.

A presença do Vaticano e a dificuldade de fixar um estatuto razoável a fim de assegurar a sua independência seria, durante largo período elemento perturbador. A insistência da alta hierarquia católica na manutenção do poder temporal indispondo o novo Estado com a Igreja. Embora tivesse sido aprovada, em 1871, a denominada Lei de Garantias, reconhecendo a inviolabilidade e as prerrogativas pessoais dos Pontífices e assegurando independência e livre exercício de sua atividade espiritual, a Santa Sé recusou-se a reconhecê-la, considerando-se o Papa um prisioneiro. A questão somente se solucionaria em 1929, sob Mussolini, quando a Itália reconhece o poder temporal do Papa sobre o Estado do Vaticano. Tratando-se de um país eminentemente católico, a disputa serviu para criar divisões artificiais entre católicos e liberais, levando, por esse meio, água para o moinho dos inimigos do sistema representativo, que acabaram por derrocá-lo..

Havia ainda a questão do atraso dos estados meridionais, onde predominava agricultura rotineira. A Revolução Industrial limitara-se aos estados do Norte. Deste modo, as condições vigentes no Sul serviram para nutrir as ficções do corporativismo, isto é, das excelências de uma economia livre da competição, a tese que era o cerne da doutrina corporativa, afinal encampada pelo Partido Fascista.

Vigorou no país a monarquia constitucional como forma de governo. Contudo, a prática esteve longe de assegurar estabilidade. Somente em fins do século XIX chega ao poder monarca que admite conviver com o sistema parlamentar.

A Itália unificada adotou sistema eleitoral proporcional, baseado na votação em lista pré-ordenada, justamente o que tipifica esse modelo. Ao longo das primeiras décadas do século XX não se revelou capaz de assegurar a aparente normalidade, recentemente conquistada. Nesse período emergem organizações revolucionárias, de inspiração socialista, que levariam a uma grande radicalização. Disso resultou que a questão da ordem se tornasse o elemento definidor do processo político. O fenômeno em causa deu ensejo à formação do Partido Fascista que chegou ao poder pelo voto. No pleito eleitoral de 1924 obteve 65% dos sufrágios. Esse fato equivaleu a uma carta branca para a destruição do sistema democrático representativo, implantando-se regime ditatorial.

O fascismo foi derrotado em julho de 1943, em decorrência da invasão do país e ocupação de parte do território pelo Aliados. Embora a luta armada continue, ocupando os alemães parte do país, forma-se governo pró-Aliados. Por um plebiscito levado a cabo em 1946, aboliu-se a monarquia

Através da nova Constituição, aprovada em 1948, a Itália adota a república parlamentar. Optou-se pelo sistema proporcional que não manifestou desde logo seus efeitos desastrosos graças à presença de uma nova agremiação política: o Partido Democrata Cristão.

Em que pese a denominação, o PDC não tinha qualquer caráter confessional nem recebeu nenhuma espécie de bafejo da Cúria Romana. Seu grande artífice seria Alcides de Gasperi (1881/1954), que liderara o Partido Popular, nos anos vinte, assumindo desde logo uma atitude francamente antifascista, o que lhe valeu condenação e exílio. Outros líderes democrata-cristãos haviam se destacado na Resistência. Deste modo, o PDC não tinha compromissos com o velho conservadorismo, ostentando, ao contrário, uma face reformista e moderna, cuja plataforma abrangia inclusive a reforma da estrutura agrária no Sul. A par disto, optava sem reservas pelas instituições do sistema representativo, arquivando as reticências que caracterizavam o posicionamento da alta hierarquia católica.

Apesar de que contou desde logo com uma aguerrida oposição de esquerda, representada pela aliança entre os Partidos Socialista e Comunista, o PDC conseguiu minimizar os efeitos das crises ministeriais e dar curso à reorganização do país. Nas primeiras eleições parlamentares, em abril de 1948, o PDC alcança maioria relativamente folgada (307 deputados, equivalentes a 57,3% do total, correspondente a 535 cadeiras). Nessa primeira eleição, a frente Popular Socialista-Comunista fez 182 deputados (34% da Câmara). Contudo, nas eleições de 1953, a votação obtida pela democracia cristã reduz-se a 40%. Inicia-se o processo de fracionamento, fazendo-se representar no Parlamento pequenas agremiações como os Partidos Liberal (Radical), Republicano, Monarquista e logo adiante até mesmo

os neofascistas. Entre os socialistas aparece uma facção que se opõe à aliança com os comunistas (política sustentada por Pietro Nenni) e funda o Partido Social Democrata, liderado por Saragat. Essa cisão da esquerda iria dar alento aos governos democrata-cristãos, mas sustentados por maiorias precárias. A votação obtida pelo PDC reduziu-se a 38,3% nas eleições de 1963 e a 39,1% nas de 1968.

A nova liderança que se colocou à frente do regime democrático na Itália tratou de aproximar-se da França e da Alemanha, formando desde logo entre os que preconizavam aquele tipo de unificação econômica que iria desembocar no Mercado Comum Europeu. Deste modo, apostou no tipo de capitalismo que veio a resultar do keynesianismo, freando ao mesmo tempo a ingerência direta do Estado no processo produtivo, que viria a ocorrer, mas sem afetar a dinâmica capitalista, como acabou acontecendo na Inglaterra. Ao mesmo tempo, renunciou claramente à formação de estruturas estatais centralizadas, ideal que nunca chegara a ser atingido desde a unificação do país, o que é compreensível em face do caráter milenar dos pequenos estados que se formaram na península, divisões territoriais que acabaram encontrando uma delimitação amplamente consentida na forma do estado provincial que, na Itália, é chamado de região.

Em 1967, os 50,6 milhões de habitantes com que contava a Itália distribuíam-se deste modo: 24,2 milhões (48%) vivendo nas oito regiões do Norte, abrangendo as grandes áreas industriais de Turim, Gênova e Milão, além das concentrações urbanas do Vale do Pó; aproximadamente 10 milhões nas regiões do Sul. A Sicília reunia contingente populacional representativo (4,7 milhões) e, finalmente a 20ª região, a Sardenha, com 1,4 milhões. De um modo geral, todas as regiões encontraram vocações. A agricultura modernizou-se plenamente e o turismo tornou-se uma atividade disseminada e altamente rentável. O Mercado Comum contribuiu para que essas regiões desenvolvessem preferentemente atividades competitivas do ponto de vista de amplo mercado, de dimensões continentais. Eliminaram-se desníveis de renda gritantes. Numa palavra, a Itália transformou-se num país capitalista moderno, desaparecendo a base social que buscava alternativas para a Revolução Industrial, insuflada pelo Vaticano que não conseguira libertar-se do saudosismo medieval.

Diante desse quadro, a liderança no poder resolveu consagrar uma estrutura administrativa inteiramente descentralizada, numa lei votada em junho de 1970. Todos os serviços oficiais de âmbito local passaram diretamente para as regiões, que por sua vez deveriam dividi-las com as municipalidades. Essa forma abrangeu inclusive o sistema educacional. A União ficou com atribuições relacionadas à defesa, à política externa e à segurança, além da coordenação de programas inter-regionais.

Na prática, a Itália renunciou à construção do Estado Central de tipo clássico. Disso resultou que o fato do sistema proporcional não permitir a formação de governos estáveis deixasse de interferir na vida diuturna dos cidadãos, dependente das estruturas locais de poder. No período compreendido entre as primeiras eleições parlamentares no novo quadro institucional (1948) e os fins da década de oitenta (1990), a Itália teve 42 governos. Considerando que De Gaspari conseguiu sustentar-se à frente do governo durante cinco anos, nos 37 restantes a média de permanência dos gabinetes foi inferior a 10 meses e o país continuou prosperando, experiência que dificilmente poderá ser reproduzida em país com contingente populacional expressivo. Sem embargo, em 1994 optou-se pelo sistema distrital. O novo sistema, acrescido do fato de que o Partido Comunista auto-dissolveu-se e aderiu à social democracia, prenunciava uma possibilidade de estabilização. Contudo, tal não ocorreu.

Para concorrer no novo sistema, formou-se no Norte partido denominado Força Itália. Reuniu em seu derredor diversos agrupamentos dispersos, que continuaram mantendo identidade própria. Sob a liderança de Silvio Berlusconi, obteve 45% dos votos nas eleições parlamentares daquele ano (1994), assegurando maioria precária. A Força Itália propriamente dita, contribuiu com 21%, menos da metade da votação alcançada pela coalizão na qual não apareceu qualquer grupo hegemônico. Após sete meses, Berlusconi renuncia e o governo sustenta-se apenas alguns meses mais. Eleições antecipadas ocorreram em 1996, gerando uma situação parecida, desta vez com a esquerda, então obedecendo à liderança de antigo democrata cristão, Romano Prodi, que conquistara notoriedade ao presidir a Comissão Européia.

Contava como um dos sustentáculos ao ex-PC, agora denominado de Partido da Esquerda Democrática (cuja sigla em italiano era PSD). Mas teve que aceitar a participação dos comunistas que haviam resistido àquela mudança, organizando a chamada Refundação Comunista. Em fins de 1998, Prodi não obteve voto de confiança, devido à perda de apoio da Refundação, que entretanto facultou-o ao PSD, passando o seu líder (Massimo d'Alema) a presidir o governo. Entretanto, também este acabou tendo que renunciar, em meados de 2000, mantendo-se o poder em mãos da mesma coalizão, desta vez liderada por um dos partidos menores. Nas eleições de 2001, Berlusconi volta ao poder.

Berlusconi conseguiu aprovar uma nova lei eleitoral, reintroduzindo o sistema proporcional, com uma cláusula atribuindo a maioria parlamentar ao partido (ou à coalizão) que alcance a maioria. Em 2006, verificou-se praticamente um empate entre os dois agrupamentos em disputa, mais uma vez representados por Prodi e Berlusconi. Este obteve recotagem de votos. Ainda assim, confirmou-se a pequena diferença em favor da coalizão de esquerda. Deste modo, tendo ficado à frente,

ganhou a maioria parlamentar. Contudo, esse novo governo da esquerda não duraria no poder, vendo-se na contingência de convocar eleições antecipadas, realizadas em abril de 2008. Berlusconi conquista nova vitória e forma o seu terceiro governo.

No Brasil publicou-se a tradução de livro de Giuseppe Vacca, *Por um novo reformismo* (Contraponto, 2009). Trata-se de um dos artífices da transformação do Partido Comunista Italiano (PCI) em Partito de la Sinistra Democrática (PSD), ocorrida em 1991. Autor de extensa bibliografia, é reconhecido como um dos principais teóricos da esquerda italiana. A seu ver, o problema com que se defronta a Itália consiste na realização das reformas que permitam a sua plena integração à Comunidade Européia. Nesse particular, entende que o PSD não conseguiu credenciar-se como uma organização capaz de liderar a esquerda no modelo de alternância no poder que se vem consolidando na Europa. Por essa razão, dissolveu-se em 2007, para dar lugar ao Partido Democrático. Ainda que não haja logrado vencer as eleições de 2008, o autor em apreço acredita que o “novo reformismo” conseguirá fazê-lo. Sua missão consiste em reunir a esquerda em torno do novo paradigma, a saber: “o reformismo passa a ter escala continental”.

Essa a novidade que a obra referida pretende anunciar, levando em conta a circunstância de que direita assimilou adequadamente o novo quadro. Afirma: “apresenta-se como partido inteiramente conforme o Partido Popular Europeu (PPE), não é mais eurocético, coloca de lado o individualismo e o liberalismo extremados que caracterizavam a Força Itália, adota a “economia social de mercado”, defende o “modelo social europeu” e apóia a unificação política da Europa. Deste modo, a configuração da direita mudou consideravelmente”. Restaria alcançar o mesmo feito numa oposição que se credencie como alternativa de poder.

LUXEMBURGO

Luxemburgo tem população inferior a meio milhão e território que não chega a três mil quilômetros quadrados, isto é, menos da metade da Área Metropolitana de São Paulo. Apesar disto, desempenhou papel importante na organização da Comunidade Européia. Seus primeiros ministros tiveram a oportunidade de permanecer longamente no exercício do cargo -- tendo um deles desempenhado a função por vinte anos--, podendo assim atuar continuamente na consecução do ambicioso projeto. A par disto, encontra-se entre os maiores contribuintes para o seu Orçamento. Pode fazê-lo por dispor da mais alta renda per capita da Europa Ocidental, sendo importante centro industrial.

Sua formação como país independente é parte do processo de fracionamento dos Países Baixos, de que resultaram Holanda e Bélgica. Até 1890, o Rei da Holanda tinha a prerrogativa de usar o título de Grão Duque de Luxemburgo.

O regime vigente corresponde à monarquia constitucional. A constituição do governo cabe à Câmara dos Deputados, composta de 60 membros. O monarca (usa o título de Grão Duque) interfere no processo, quando das eleições -- a cada cinco anos -- mas não tem outras incumbências em sua atividade diuturna.

O Partido Popular Social Cristão (PCS) corresponde à agremiação política hegemônica. Sua criação data de 1919, ostentando, ao longo desse período outras denominações, a começar de Partido da Direita. O nome atual data do início do pós-Segunda Guerra (1945). Alcançando nas eleições em torno de trinta por cento das cadeiras, lidera as coligações governamentais desde 1919. Esteve na oposição apenas entre 1974 e 1979.

O atual Primeiro Ministro, Jean-Claude Juncker, foi designado para o cargo, pela primeira vez, em janeiro de 1995, devido ao fato de que o mandatário da época (Jacques Santer) havia sido escolhido para presidir a Comissão Européia. Assim, exerceu a chefia do governo nos últimos 14 anos, tendo obtido novo mandato nas eleições verificadas em junho de 2009.

De modo costumeiro, as coalizões do PCS têm sido efetivadas com o Partido Operário Socialista Luxemburguês (POSL). Originário da social democracia européia, como não poderia deixar de ser, dispôs de laivos anti-clericais em seu nascedouro. Contudo, na medida em que se tornou partido de governo, atua pragmaticamente. Enfrentou durante certo período a concorrência do Partido Comunista que, entretanto, praticamente desapareceu.

A alternativa que se apresenta à coalizão liderada pelos conservadores seria a da agremiação liberal: Partido Democrático (DP) Surgido no último pós-guerra, beneficia-se das tendências laicas surgidas na sociedade. Obtém em torno de 20% dos votos nas eleições parlamentares. Em 1974, conseguiu atrair o Partido Operário Socialista e formar uma coalizão de governo, de curta duração (1974-1979).

Do que precede observa-se que o sistema proporcional não tem impedido a formação de maiorias estáveis, a exemplo do que se verifica na quase totalidade dos países da Europa Ocidental que mantêm essa forma de escrutínio. Contudo, não se observa alternância de governo nem a hipótese de que venha a assumir a forma mais freqüente (liberais conservadores vs. sociais democratas).

PORTUGAL

A 25 de abril de 1974 teve lugar, em Lisboa, movimento militar para depor ao Presidente do Conselho de Ministros, em exercício, Marcelo Caetano (1906/1980). Substituíra a Antonio de Oliveira Salazar (1889/1970). Salazar criara o Estado Novo, regime ditatorial inspirado na pregação do corporativismo, movimento político-ideológico originário da Igreja Católica. Tinha o propósito de evitar tanto a democracia representativa como a economia capitalista.

Eminente professor de direito administrativo, Marcelo Caetano fora escolhido para ocupar o lugar de Salazar, gravemente enfermo, em 1968. Se pretendeu alguma mudança não teve condições de fazê-lo. O certo é que, na chefia do governo, prosseguiu na guerra colonial e não empreendeu qualquer passo na direção da abertura política.

Tendo Salazar assumido o poder em 1932 e proclamado o Estado Novo no ano seguinte, a ditadura salazarista durou 42 anos, tornando-se uma das mais longevas da Europa.

O golpe militar de 25 de abril acabou sob a hegemonia do Partido Comunista e do grupo de militares obediente à sua orientação. Como a maioria da população saudara com entusiasmo o fim da ditadura, a nova elite do poder não conseguiu obstar o processo eleitoral. Embora a Assembléia Constituinte haja produzido Constituição de franca inspiração comunista, dois políticos hábeis souberam utilizar as franquias democráticas preservadas para expulsar os comunistas do poder recorrendo às urnas. Respectivamente: Mário Soares (nascido em 1924) e Mário Sá Carneiro (1934/1980).

Opositor de Salazar, Mário Soares, no exílio, recriara o velho Partido Socialista de Portugal. Os embates com o PC, que seria obrigado a travar neste ciclo inicial da redemocratização, irão permitir-lhe afastar da agremiação elementos de tendência marxista. Progressivamente, o PS afeiçoa-se à social-democracia, desaparecendo virtualmente a influência do PS Francês, aferrado ao que os trabalhistas ingleses iriam batizar de “velha esquerda”.

Sá Carneiro, jovem político, membro da Assembléia eleita mantida por Salazar --e que atuara, sem sucesso, no seio dessa instituição, com vistas a encontrar uma saída pacífica para a ditadura--, criara, logo em seguida ao 25 de abril, agremiação política moderna, o Partido Social Democrático.

Atuando em conjunto, o PS e o PSD obtiveram maioria constitucional para constituir governo em março de 1976. Essa coalizão durou até fins de 1978. Inaugura a chamada III República, superado o interregno comunista-militar (abril, 1974/ fins de 1976). Subiu ao poder em meio a amplas manifestações de repúdio a novo período ditatorial, com destruição de sedes do PC e prisão de militares que intentaram resistir com novo golpe.

No novo quadro político (III República), Mário Soares foi escolhido Primeiro Ministro e permaneceu nesse posto de julho de 1976 a agosto de 1978. Nas eleições que se seguiram, o PSD conquista a maioria, tornando-se Sá Carneiro o novo Primeiro Ministro. Faleceu num acidente com helicóptero em 1980. Em seu primeiro mandato, o PSD permaneceu no poder até fins de 1983. Mário Soares regressa à condição de primeiro ministro no período 1983/1985. Nesse último ano Portugal ingressa na Comunidade Européia.

Com recursos da Comunidade, o país é amplamente modernizado. Carente até então de meios modernos de transportes, implanta-se rede rodoviária, interligando os vários centros e integrando-a aos demais países da CEE. Os Aeroportos de Lisboa e Porto recebem vultosos investimentos. A Região Sul (Algarve) passa a dispor de hotelaria e correspondentes serviços, o que a transformará em importante núcleo turístico, freqüentado por expressivos contingentes oriundos dos diversos países europeus.

O ciclo de modernização ocorre com a divisão do poder entre o PS e o PSD. O PS, com Mário Soares, ocupa a Presidência da República de março de 1986 a março de 1996. Entre 1985 e 1995, o cargo de Primeiro Ministro é exercido pelo PSD (Cavaco Silva).

Alcançando maioria na Assembléia da República, o PS designa o Primeiro Ministro (Antonio Guterres), com mandato entre 1995 e 2002. Em 2002, é a vez do PSD (Durão Barroso/Santana Lopes). A Presidência da República é ocupada pelo PS (Jorge Simões).

Em 2006, o PS volta a conquistar maioria na Assembléia, o que lhe permite designar o Primeiro Ministro (José Sócrates). Candidato do PSD, por sua vez, Cavaco Silva é eleito Presidente da República (2006).

No modelo governamental português, o Presidente da República tem ingerência na gestão na medida em que lhe são subordinadas as Forças Armadas, o funcionalismo e a política externa, cabendo ao Primeiro Ministro a administração interna e a representação junto à Comunidade Européia. Presta contas à Assembléia (sistema parlamentar de governo).

De modo que, achando-se a Presidência em mãos de um partido, e as funções de Primeiro Ministro sendo exercidas pelo outro, tem obrigado à permanente negociação entre as duas agremiações.

O PSD pertence ao Partido Popular Europeu o que permite classificá-lo como liberal-conservador (os estudiosos europeus da política distinguem presentemente o que denominam de “direita moderada”). Vale dizer, na resistência a abdicar da dicotomia esquerda/direita, em suas análises têm sido obrigados atribuir-lhes qualificações distintivas. Classificando-se o PS como social democrata, a área de divergência reduz-se

substancialmente. Basta ter presente que ambos apostam na economia de mercado. As disputas deslocam-se para o tamanho do Estado.

De um modo geral, como tem sido referido, no conjunto da Comunidade, constrangidos pelos limites obrigatórios tanto para o déficit público como para as taxas de inflação, os partidos no poder procuram conter gastos (liberais-conservadores; “direita-moderada”) ou aumentar impostos (sociais-democratas). No caso de Portugal, a situação tem se beneficiado do fato de que tanto os remanescentes socialistas como os comunistas não encontram guarida na opinião. A julgar pelo resultado das eleições, a opinião pública afeiçoou-se à mencionada clivagem.

Desde que o país ingressou na Comunidade Européia, os dois partidos têm alcançado, nas urnas, maioria que lhes tem permitido cumprir os programas com que se apresentam ao eleitorado. Na última eleição ocorrida antes do aparecimento de resultados decorrentes da providência --ingresso na CEE--, ocorrida em 1983, os dois partidos aparecem nos primeiros lugares (o PSD com 30% dos votos e o PS com 21%). Mas sentem-se ainda os efeitos da tentativa do Presidente da República em exercício (general Eanes) de criar um terceiro partido (PRD, que alcança 18%) e o PC ainda tem votação expressiva (15,5%). O CDS, que figura no campo liberal, registra presença no processo, com 10% dos votos. Nas eleições seguintes (1987), o PRD já não tem maior expressão mas ainda aparece (4,9%).

A partir da década de noventa, o quadro é bastante estável, no que respeita á votação obtida pelos dois maiores partidos, que se têm alternado no poder, oscilando entre 75 e 80%. As duas exceções (1991 e 2009) explicam-se pelo natural desgaste da agremiação no poder, embora, no caso, se hajam alterado os beneficiários. No primeiro, a oposição representada pelo PSD e, no segundo, às divergências no seio da esquerda. Atuando na oposição, de igual modo que o PSD, o PC e o Bloco de Esquerda lograram obter o seu quinhão.

Os resultados de que se trata são adiante transcritos:

(votação obtida em %)

Partidos	1991	1995	1999	2002	2005	2009
PSD	51	34	32	40	29	29
PS	29	44	44	38	46	37
PC	9	9	9	7	8	8
CDS	4	9	8	9	7	10
TOTAIS	93	96	93	94	90	84

O PC concorre sempre com a denominação de determinada coligação (a exemplo do que ocorre em diversos países europeus onde empregam, na eleição, o nome de “Esquerda Unida”). Em 2009, na sua coalizão entraram os verdes. Nas eleições de 2005, o Bloco de Esquerda (trotskista) obteve 6% dos votos. Computando-os, teríamos 96% como total. Sua votação obtida na eleição de 2009 (setembro) elevou-se para 10%. Computando-a, teríamos 94% do total.

SUÉCIA

O sistema partidário da Suécia foi influenciado e seguiu o modelo advindo do ambiente político dos países próximos, em especial Dinamarca e Inglaterra. Assim, nos começos do século XX acham-se estruturadas agremiações social democrata, conservadora e liberal.

O Partido Operário Social Democrata da Suécia foi criado em 1889 e logo adotou a linha preconizada pela Segunda Internacional, apostando na via parlamentar, no que foi extremamente bem sucedido, conforme será referido.

A agremiação conservadora estruturou-se em 1904 com a denominação de Aliança Geral dos Eleitores. Manteve-a até a época da Segunda Guerra, quando passa a chamar-se, primeiro, Aliança da Direita (entre 1938 e 1969) e, por fim, desde o último ano, Partido Moderado Unificado (sigla M).

O quadro completa-se com os liberais. Tendo despontado nos meados do século XIX, na condição de bloco parlamentar, no início do século XX alcançam a condição de agremiação de âmbito nacional. A exemplo dos conservadores, mudou de denominação. Desde 1990, atuam como Partido Popular Liberal-PP.

Do mesmo modo que ocorreu no continente, o Partido Comunista surgiu de uma cisão no seio da social democracia, como decorrência da Revolução Russa e da criação da Internacional Comunista. Desde a crise do comunismo adotou o nome de Partido de Esquerda.

Ainda historicamente, surgiu o Partido do Centro, criado em 1910 por iniciativa dos proprietários rurais e das organizações que os congregavam.

Nos anos recentes surgiram outros partidos, em especial aquele provindo dos ambientalistas. Contudo, a cena continua sendo dominada pelas organizações mais antigas.

A exemplo do conjunto da social democracia europeia, os representantes suecos dessa vertente estiveram longamente sob a influência marxista. Ainda que limitada aos aspectos econômicos --feitas as pazes com o sistema democrático representativo--, essa influência iria perdurar mesmo depois do afastamento dos que se filiaram ao Partido Comunista. Contudo,

chegando ao poder nos anos trinta, em aliança com o Partido do Centro (agrário), a liderança adere à versão keynesiana adotada na Europa, de modo geral, e passa a ocupar-se da criação do welfare. Nesse mister, encamparia o modelo introduzido pelos trabalhistas britânicos, isto é, passagem às mãos do Estado dos serviços de assistência social surgidos pela iniciativa dos sindicatos e outras entidades.

País de população homogênea --não muito numerosa, na medida em que o Censo de 2008 registra a presença de 9,2 milhões de pessoas--, maioria integrada à Igreja Luterana, relativamente culta, empreendimentos econômicos modernos do ponto de vista tecnológico, mão de obra altamente qualificada, enfim, todo um conjunto de condições que propiciavam implantação e funcionamento tranquilos do novo sistema.

Apropriando-se do mencionado feito, os sociais democratas permaneceram no poder ao longo de 44 anos (de 1932 a 1976). Como acentua o autor do texto dedicado a esse país no livro coletivo que estamos seguindo, May-Britt Ohman (Instituto de Estudos Políticos de Paris), os sociais democratas “demonstraram a capacidade de atrair uma clientela que ultrapassa largamente a classe operária ou os meios populares. De fato, sua política do Estado Providência serviu para consolidar seus laços com a classe média e o maior número de assalariados.” (edição citada, pág. 428)

Na segunda metade dos anos setenta torna-se patente o esgotamento do modelo keynesiano vigente até então, na medida em que encerrava uma distorção quanto à transformação do Estado em empresário, de que não cogitara o seu inspirador (Keynes). Evidenciava-se a necessidade de promover-se a redução do gasto público. Basta dizer que ainda nos anos noventa, a despesa pública naquele país equivalia a 70% do PIB.

Começa um longo processo de ajustamento das duas principais correntes: sociais democratas e conservadores. Ambas as agremiações vêm-se na contingência de ajustar suas plataformas. Os conservadores logram formar uma coalizão anti-socialista e mantêm-se no poder entre 1976 e 1982. Nessa fase ainda não dispõem de proposição clara no que respeita à reforma do Estado Providência. No seu próprio interior a corrente que reivindica o corte drástico da despesa pública e a criação de condições favoráveis à iniciativa privada encontra forte resistência. Contingentes importantes preferem atuar na esfera dos valores sociais, notadamente o fortalecimento da família.

O certo é que a coalizão liderada pelos conservadores viria a ser derrotada em 1982. Os sociais democratas voltam ao poder, no qual permanecem até 1991. O partido encontra-se dividido entre os que desejam preservar intacto o papel do Estado na manutenção dos mecanismos de assistência social e os que se propõem rever seu posicionamento tradicional em face da

iniciativa privada. Esse confronto é suscitado também pelos partidos que ingressam na coalizão.

Ainda tardaria a obtenção de posicionamento amadurecido em ambos os blocos, sobretudo pelo fato de que os conservadores conseguem colocar na Ordem do Dia a questão do ingresso na Comunidade Européia, que acabaria tornando-se altamente mobilizadora. Com essa bandeira obtêm vitória para a coligação que lideram no pleito de 1991. Apesar da oposição social democrata, o referendo para consagração daquele passo tem lugar em novembro de 1994, obtendo a maioria requerida. Esse resultado demonstraria que a adesão à União Européia não foi afetada pela derrota da coalizão conservadora nas eleições que tiveram lugar em setembro daquele ano. Esta, obviamente, devia-se a outras razões que, ao que tudo indica, a liderança dessa corrente saberia identifica-las.

Desta vez a coligação social democrata manter-se-á no poder por doze anos, isto é, até 2006. Sob pressão da opinião pública vê-se obrigada a dar continuidade à política conservadora de redução da despesa pública. Esta acha-se reduzida a 57,3% no exercício de 2004.

No pleito eleitoral de setembro, 2006, o Partido Moderado Unificado (M) acha-se sob nova liderança (Frederik Reinfeldt) que consegue convencer a opinião pública de que a coalizão conservadora não se propõe desmantelar o Estado Providência -- como parece ter sido a impressão que transmitiu no passado, de que teria resultado a não renovação do mandato em setembro de 1994--, mas ajustar programas que se têm revelado deficitários.

Ainda que não se possa afirmar que, também na Suécia, verifica-se a configuração do modelo governamental de alternância entre conservadores liberais e sociais democratas, há suficientes indícios para supor que poderá firmar-se no futuro imediato.

4. Aspectos a destacar da análise precedente

Da exposição precedente pode-se inferir que a prática do sistema proporcional na Europa do pós-Segunda Guerra não mais se reveste da feição assumida anteriormente, caracterizada pela incapacidade de proporcionar estabilidade política. Geradora de anarquia, como indicara Hermens, propiciava o surgimento de arautos de regimes fortes. O prof. Miguel Reale (1910/2006) costumava lembrar a famosa frase de Goethe, segundo a qual embora a Justiça seja o valor maior, a Ordem é mais urgente.

Do conjunto considerado, apenas na Bélgica tem se configurado o quadro típico do ciclo anterior à Segunda Guerra, quando em sucessivas nações o sistema de escrutínio não assegurava a formação de maioria estáveis. Trata-se, contudo, de

uma situação a bem dizer “suportável”, na medida em que as administrações regionais dão conta dos serviços essenciais requeridos pela vida cotidiana das pessoas.

O novo quadro tem permitido que analistas das diversas tendências políticas concordem com a hipótese de que, na Comunidade Européia, surgiu uma nova forma de gestão da coisa pública, caracterizada pela alternância no poder de liberais conservadores e sociais democratas. O exame da situação existente nos países da Europa Ocidental, integrantes da Comunidade e que adotam o mencionado sistema eleitoral, parece confirmar essa hipótese. Com maior ou menor nitidez, o quadro em apreço configura-se em quase todos. A Irlanda e Luxemburgo seriam os únicos onde não se apresentariam tais indícios.

O resultado pode certamente ser atribuído à existência da União Européia, na medida em que a simples imposição de limites para o déficit público e para a inflação restringe substancialmente a esfera do confronto político. A disputa desloca-se para a questão da evidenciada impossibilidade de sobrevivência do modelo vigente de seguridade social.

É certo que também pode decorrer das profundas alterações ocorridas no âmbito das agremiações políticas, alterações essas que não se limitam ao campo socialista/comunista, abrangendo também o mundo liberal.

No caso deste último, as agremiações consideradas como liberais sociais, a começar do tradicional Partido Liberal Inglês, passam a integrar, doutrinariamente, o campo da social democracia. Esta, por sua vez, configura plenamente substancial alteração nas doutrinas socialistas tradicionais. Com exceção do PS Francês, os socialistas europeus renunciam tanto à utopia da sociedade sem classes como à identificação dessa doutrina com a estatização da economia. De modo que, progressivamente, no seio da esquerda a corrente efetivamente representativa é a social democracia (ou a terceira via, como querem os ingleses).

A democracia cristã, por sua vez, identifica-se plenamente com o liberalismo conservador. Perdeu todos os resquícios das antigas agremiações católicas confessionais, abrigando em seu seio pessoas de diferentes convicções religiosas do mesmo modo que liberais. A alteração vem de ser reconhecida através da mudança do nome da antiga Internacional Democrata Cristã, que passou a denominar-se Internacional Democrata de Centro (mantida a sigla IDC), como, sobretudo, pela atuação do Partido Popular Europeu (PPE).

Em que pese possa o quadro ter resultado da evolução das principais agremiações políticas, a atribuição à existência da União Européia da emergência do novo modelo de gestão da coisa pública (alternância social democracia vs. liberalismo conservador) vem de receber reforço ponderável. Como foi referido precedentemente, personalidade destacada da esquerda

européia, Giuseppe Vacca, preconiza para a Itália justamente a configuração daquele modelo, isto é, alternância liberais conservadores x sociais democratas. Vale dizer, o reconhecimento da nova realidade deixa de revestir-se de quaisquer conotações ideológicas. Adicionalmente, como foi enfatizado, Vacca o associa diretamente à existência da União Européia